

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

SIMONE MARIA BARBOSA NERY NASCIMENTO

TRANSITIVIDADE VERBAL E PLANOS DISCURSIVOS: UM ESTUDO  
FUNCIONALISTA DA HIPOTAXE ADVERBIAL CAUSAL EM  
ELOCUÇÕES FORMAIS

MARINGÁ - PR  
2009

SIMONE MARIA BARBOSA NERY NASCIMENTO

TRANSITIVIDADE VERBAL E PLANOS DISCURSIVOS: UM ESTUDO  
FUNCIONALISTA DA HIPOTAXE ADVERBIAL CAUSAL EM  
ELOCUÇÕES FORMAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio

MARINGÁ - PR

2009

SIMONE MARIA BARBOSA NERY NASCIMENTO

TRANSITIVIDADE VERBAL E PLANOS DISCURSIVOS: UM ESTUDO  
FUNCIONALISTA DA HIPOTAXE ADVERBIAL CAUSAL EM  
ELOCUÇÕES FORMAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio  
Universidade Estadual de Maringá - UEM  
Presidente da Banca - Orientador

---

Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Dedico este trabalho

Aos meus amados filhos Israel Ruan, Gabriel Augusto e Miguel Felipe, e ao meu esposo Gilmar pelo incentivo e amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Senhor e Deus, meu pai, meu amigo, consolador, companheiro presente em todos os momentos, por tudo o que tem me proporcionado;

Aos meus pais, José e Marina, pelo exemplo de vida, pelo alicerce e amor;

Ao meu esposo e amigo Gilmar, pelo auxílio, incentivo, paciência e amor;

Aos meus filhos, Israel, Gabriel e Miguel, meus amores, heranças de Deus na minha vida, que me deram forças, me incentivaram e oraram por mim em todos os momentos, agradeço por me proporcionarem tanta alegria;

À linda família do meu irmão Fábio, Verônica e Letícia, às minhas irmãs Jessica e Mayara pelo amor e carinho;

À minha querida sogra Maria, pelas orações e auxílio, dedicação e amor dados a mim e aos meus filhos durante essa etapa da minha vida;

Ao meu professor, orientador e amigo Juliano, que sem medir esforços, reservou de momentos de sua vida pessoal para a orientação e auxílio no decorrer de todo o trabalho, agradeço pelos conhecimentos transmitidos, pelas palavras de ânimo, apoio e pela confiança;

À professora e amiga Geiva, que sempre me incentivou, agradeço por me ensinar a amar a pesquisa e por me fazer ver que eu poderia conquistar o meu sonho;

Aos amigos do GEPESP, principalmente, à minha amiga e irmã Kelly, que, desde a graduação esteve ao meu lado, agradeço pelo incentivo, pelo carinho e amizade;

Aos professores convidados para a participação na Banca examinadora, Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo (UEM) e Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck (UEL), pelas contribuições sugeridas;

A todos os funcionários e professores do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, pelas informações e pelo trabalho realizado;

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão de bolsa de estudos;

Aos professores da graduação Milton Hermes Rodrigues, Edson Carlos Romualdo, Aécio Flávio de Carvalho e Ana Cristina Jaeger Hintze, que de uma forma ou de outra, contribuíram para que essa etapa fosse concretizada;

Aos amigos Pastor Carlinhos e família, Juliana Carla Barbieri, Tiago Pereira e Michely Massa pelas orações e amizade;

A todos, o meu afeto e eterna gratidão.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a transitividade e os planos discursivos (figura e fundo) na combinação entre orações hipotáticas adverbiais causais e suas respectivas orações-núcleo. A pesquisa fundamenta-se na proposta de Hopper & Thompson, *Transitivity in grammar and discourse* (1980), que utiliza 10 parâmetros sintático-semânticos que indicam o grau de transitividade de orações e possibilitam a identificação dos relevos discursivos figura e fundo. Neste trabalho, pretende-se verificar o funcionamento dos planos discursivos em combinações oracionais de elocuições formais. Para tanto, os 10 parâmetros serão aplicados às orações causais e às orações-núcleo às quais essas orações adverbiais estão ligadas. Pretende-se, dessa forma, verificar a validade da hipótese de que a oração hipotática causal funciona como plano de fundo para a oração núcleo envolvida na relação. Serão analisados também aspectos como os níveis de relação de causa, o estatuto informacional e a posição das orações, pois acredita-se que as causais realçam o seu núcleo por trazerem uma informação nova ao conteúdo em questão. O *corpus* da pesquisa é constituído de 10 elocuições formais (aulas e apresentações de trabalho) pertencentes ao banco de dados do Funcpar (Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/ Noroeste do Paraná). Os informantes da pesquisa são professores e alunos universitários que nasceram ou residem na cidade de Maringá (PR) há mais de 10 anos. Para a coleta dos dados, foram realizadas gravações durante as aulas de graduação e apresentações de trabalho, que, posteriormente, foram transcritas seguindo-se um padrão baseado nas normas do projeto NURC com algumas adaptações e segmentadas em unidades entonacionais, conforme Chafe (1987). Tendo em vista a consideração feita pela teoria funcionalista em investigar o uso linguísticos nas mais variadas situações, e entendendo que fatores pragmáticos influem na estrutura e na organização das combinações hipotáticas, considera-se relevante, portanto, o exame das orações causais no gênero elocução formal.

**Palavras-chave:** transitividade, planos discursivos, combinação de orações, hipotaxe adverbial causal.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze transitivity and discourse plans on the combination of causal hypotactic clauses and the main clauses related to them. The research is based on Hopper & Thompson's (1980) *Transitivity in grammar and discourse*, taxonomy of 10 syntactic-semantic parameters which grade transitivity and help identifying foregrounding and backgrounding in discourse. These 10 parameters will be tested on causal hypotactic clauses and on the main clauses with which they combine. The aim of this test is to verify the validity of the hypothesis that causal hypotactic clauses function as background for the main clauses with which they combine. The research corpus is formed by 10 formal elocutions (lectures and oral presentations) which belong to Funcpar (Functional Research Group on North/North-East of Paraná) database. The subjects of the research are lecturers and university students who were born in Maringá (PR) or have lived in it for at least 10 years. The data were recorded during graduation classes and oral presentations and were transcribed according to a pattern based on NURC project (PRETI, 1993, p. 11-12) with a few adaptations. The segmentation of the units of the corpus followed Chafe's (1987) concept of intonation units. Results of the research have confirmed the initial hypothesis that causal hypotactic clauses analyzed under the view of transitivity parameters function as background for the main clauses with which they combine. It was found that these causal hypotactic clauses are usually in a late position in the clause and add new information in order to enhance the main clause. It was also possible to point that the speakers' most used was *because*. When causal clauses function as background, they hold a relation at content level. When they function as foreground (despite the very low frequency), they hold a relation at speech act level, which is syntactically looser. Therefore, it is possible to conclude that pragmatic factors have influence over the organization of causal hypotactic clause combining.

**Key words:** transitivity, backgrounding and foregrounding in discourse, clause combining, causal adverbial hipotaxe.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Percepção do padrão global.....	37
Figura 2	Boa-forma.....	37
Figura 3	Distinção entre figura e fundo.....	38

## LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1	Parâmetros da transitividade.....	48
Esquema 2	Fatores estruturais e pragmáticos da oração.....	50



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Parâmetros para a análise da transitividade.....	30
Quadro 2	Planos discursivos entre as combinações oracionais causais.....	54
Quadro 3	Valores da transitividade para as orações-núcleo e as orações causais.....	59
Quadro 4	Estatuto informacional das orações adverbiais causais.....	69
Quadro 5	Conectivos das orações causais.....	71
Quadro 6	Posição das orações causais.....	72
Quadro 7	Subtipos das orações causais – Relações causais.....	75
Quadro 8	Orações causais e suas relações causais.....	77

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	15
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
1.1 A TEORIA FUNCIONALISTA.....	15
1.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DA TRANSITIVIDADE VERBAL.....	20
1.2.1 A transitividade sob a perspectiva tradicional.....	20
1.2.2 A transitividade sob a perspectiva da gramática descritiva.....	23
1.2.3 O verbo na gramática de valências e na gramática de casos.....	24
1.2.4 A transitividade segundo algumas perspectivas funcionalistas.....	26
1.3 A TRANSITIVIDADE SOB A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA NORTE - AMERICANA DE HOPPER & THOMPSON.....	28
1.4 FIGURA E FUNDO SEGUNDO A PSICOLOGIA DA <i>GESTALT</i> .....	34
1.5 A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES NA VISÃO FUNCIONALISTA.....	39
CAPÍTULO II.....	43
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>43</b>
2.1 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	43
2.2 QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS.....	45
CAPÍTULO III.....	53
<b>3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>53</b>
3.1 A TRANSITIVIDADE E OS PLANOS DISCURSIVOS NAS ORAÇÕES ADVERBIAIS CAUSAIS E SEUS NÚCLEOS.....	53
3.2 OS PARÂMETROS DA TRANSITIVIDADE NAS ORAÇÕES.....	58
3.2.1 Número de Participantes.....	61

<b>3.2.2 Afetamento e Individuação do objeto.....</b>	<b>63</b>
<b>3.2.3 Cinese.....</b>	<b>64</b>
<b>3.2.4 Agentividade do sujeito.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2.5 Aspecto verbal.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2.6 Pontualidade verbal.....</b>	<b>66</b>
<b>3.2.7 Intencionalidade do sujeito.....</b>	<b>67</b>
<b>3.2.8 Modalidade e Polaridade da oração.....</b>	<b>68</b>
<b>3.3 O ESTATUTO INFORMACIONAL NAS ORAÇÕES CAUSAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>3.4 OS CONECTIVOS NAS ORAÇÕES CAUSAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>3.5 A POSIÇÃO DAS ORAÇÕES CAUSAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>3.6 OS DOMÍNIOS DISCURSIVOS DAS ORAÇÕES CAUSAIS (RELAÇÕES DE CAUSA).....</b>	<b>74</b>
<b>3.7 RELAÇÕES CAUSAIS E PLANOS DISCURSIVOS DAS ORAÇÕES CAUSAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO A .....</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, algumas vertentes de estudos linguísticos têm direcionado suas investigações às manifestações do uso da língua. Sabe-se que as expressões emitidas nas mais variadas situações podem revelar crenças, propósitos, conhecimentos e expressar sentimentos. Por esse motivo, entende-se necessária a realização de estudos que examinem as expressões linguísticas empregadas nos diversos contextos de uso. Nesse sentido, veem-se linguistas atentos aos aspectos que levam em conta as funções que as expressões exercem na interação verbal.

Partindo da ideia de que é no uso que as entidades linguísticas exercem suas funções, a teoria funcionalista da linguística, modelo no qual o trabalho se pautou, investiga a maneira como o falante utiliza a língua para organizar seus discursos por meio da transitividade. Dessa forma, sem que haja disparidade entre forma e função, a estrutura é examinada sob aspectos pragmáticos das interações linguísticas.

Os funcionalistas norte-americanos Hopper & Thompson (1980) sugerem que, por meio da análise de 10 parâmetros sintático-semânticos<sup>1</sup>, aplicados a orações, é possível identificar em narrativas algumas porções de texto que se sobressaem em relação a outras porções, estabelecendo os planos discursivos *figura* e *fundo*.

Segundo Dik (1997), autores têm sugerido que as diferenças entre orações principais e subordinadas podem ser caracterizadas em termos de informação de primeiro plano (*figura*) e informação de segundo plano (*fundo*), ou informação asseverada *versus* informação pressuposta, o que significa que uma construção se correlacionaria com uma diferença na função pragmática.

Neves (1999, p.461) também expõe que, para a construção causal, existe uma definição de que “é a que ressalta o fato de o segmento que expressa a causa ser uma *pressuposição*, e, portanto, constituir o *fundo*, ou seja, a parte recessiva do significado, e a parte 'causada' da construção ser dominante, isto é, ser a *figura*”.

Decat (2001) discute, ao tratar do papel funcional-discursivo da hipotaxe adverbial, se uma oração adverbial está constituindo realce, especificando, emoldurando a informação dada em outra porção de discurso pelo acréscimo de

---

<sup>1</sup> Cf. item 1.3

informações circunstanciais, ou, por outro lado, se ela tem função de conexão discursiva.

Com base nesses pressupostos, o presente trabalho pretende, como objetivo geral, analisar a transitividade verbal e os planos discursivos em combinações hipotáticas causais de elocuições formais. A hipótese é a de que as orações causais servem de fundo para as suas orações-núcleo, ou seja, acredita-se que, ao serem aplicados os parâmetros sintático-semânticos postulados por Hopper & Thompson (1980) à oração-núcleo e à oração hipotática adverbial causal, apresentarão menor grau de transitividade as orações causais. Os objetivos específicos serão explicitados a seguir, conforme a ordem utilizada nos procedimentos de análise:

- 1) descrever os procedimentos utilizados por Hopper & Thompson (1980) na análise da transitividade em textos narrativos.
- 2) analisar o grau de transitividade de cada tipo de oração: orações hipotáticas causais e orações-núcleo. O grau de transitividade depende do número de parâmetros positivos<sup>2</sup> presentes no interior da oração;
- 3) comparar o grau de transitividade das orações e investigar os seus relevos discursivos (figura e fundo) obtidos pela análise da transitividade;
- 4) investigar a hipótese de os relevos discursivos das orações serem influenciados pelas relações de causa estabelecidas nos domínios do conteúdo, epistêmico e atos de fala<sup>3</sup>, conforme Sweetser (1990);
- 5) verificar se existe a possibilidade de se relacionar os relevos discursivos das orações a fatores como a posição e o estatuto informacional das orações.

Para tal investigação, o trabalho se fundamenta na teoria linguística funcionalista, pois essa abordagem tem seu interesse em investigações reais de uso da língua e o objetivo de estudar a função de itens gramaticais nas situações

---

<sup>2</sup> Cf. item 1.3, quadro 01

<sup>3</sup> Cf. item 3.6

comunicativas. O funcionalismo se caracteriza pela concepção que tem da língua como um meio de interação que não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas como uma estrutura suscetível a mudanças. Dessa forma, uma gramática de base funcionalista considera sempre o uso das expressões linguísticas na interação verbal. Isso significa que, além de considerar a língua como um instrumento de comunicação e interação em suas diversas situações de uso, as estruturas linguísticas são analisadas sob o ponto de vista funcional. Em seu sistema de investigação, os níveis sintático e semântico são analisados sob o viés da pragmática para que, assim, as manifestações realizadas pela língua possam ser descritas.

O presente trabalho procura integrar todos esses componentes na análise das combinações hipotáticas adverbiais causais. Para o estudo da transitividade e planos discursivos, baseia-se nos procedimentos postulados por Hopper & Thompson (1980). Os autores afirmam que a transitividade é concebida como uma atividade escalar, contínua, não inerente ao verbo, mas manifestada na totalidade da oração. A complexidade do conceito de transitividade reside no fato de que os dez parâmetros sintático-semânticos (participantes, cineses, aspecto verbal, pontualidade verbal, agentividade do sujeito, intencionalidade do sujeito, polaridade da oração, modalidade da oração, afetamento do objeto e individuação do objeto), discutidos no capítulo 1, estão relacionados ao evento no qual um agente animado intencionalmente causa uma mudança física em um objeto.

Quanto à organização estrutural, o trabalho se divide em: introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos dados, e considerações finais. No capítulo 1, são apresentadas as bases teóricas que envolvem a presente pesquisa. A revisão da literatura está subdividida de forma hierárquica, de modo que se chegue ao tema propriamente dito da transitividade. De forma abrangente, portanto, apresentam-se os fundamentos da teoria funcionalista, em seguida, algumas propostas existentes a respeito da transitividade verbal para, posteriormente, adentrar-se ao tema da transitividade segundo a teoria funcionalista norte-americana. Nesse mesmo capítulo, comentam-se os conceitos de *figura* e *fundo*, segundo a teoria da Gestalt (teoria da Psicologia), pois são eles que dão suporte para a identificação dos planos discursivos em textos. Por fim, como o trabalho analisa a transitividade em combinações oracionais, considera-se

importante explicitar, no capítulo 1, a teoria da articulação de orações na visão funcionalista.

No segundo capítulo do trabalho, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na composição e realização da pesquisa. Assim sendo, o trabalho descreve, nessa parte, os procedimentos da coleta e transcrição dos dados de língua oral, da quantificação dos dados e os procedimentos adotados para a sua análise.

O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos na análise dos dados. Nele, discute-se o real funcionamento das combinações hipotáticas causais e as relações estabelecidas entre as orações.

Por último, apresentam-se as considerações finais obtidas no trabalho. De forma geral, verifica-se que as pressões de ordem pragmática recaem sobre a estrutura da língua e controlam o discurso de maneira que o falante atinja o seu interlocutor com os seus propósitos comunicativos.

A verificação da influência de fatores pragmáticos na organização dos planos discursivos das orações demonstra a relevância de se estudar os diferentes gêneros textuais, pois acredita-se que tais resultados se deram em função da organização e das escolhas verbais diferentes de gêneros que favorecem a seleção de outros tipos de verbos e que, conseqüentemente, acabam organizando os discursos de forma diferente. Sabe-se que as narrativas, por exemplo, geralmente selecionam verbos de ação, o que pode acarretar nas orações, em geral, um maior grau de transitividade do que gêneros que selecionam verbos de estado, como é o caso das elocuições formais. Acredita-se que as características de cada gênero influenciam nos planos discursivos e na recorrência de um determinado tipo de oração hipotática, ou seja, acredita-se que uma maior frequência do tipo de combinação hipotática depende do gênero textual. Nesse sentido, considera-se relevante o estudo da transitividade e planos discursivos em diferentes gêneros textuais.

## CAPÍTULO I

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, busca-se expor a base teórica da presente pesquisa. Primeiramente, são abordadas as considerações gerais sobre a teoria linguística funcionalista. Posteriormente, apresenta-se um breve levantamento de alguns estudos acerca da transitividade para, em seguida, adentrar-se na abordagem do tema deste trabalho, ou seja, nos estudos postulados pelos linguistas norte-americanos Hopper & Thompson, que fundamentaram a teoria da transitividade e dos planos discursivos. Ainda no presente capítulo, faz-se uma breve exposição da literatura relativa às noções de *figura* e *fundo* segundo a teoria da *Gestalt* (teoria da Psicologia). Ao final, apresenta-se a visão funcionalista da articulação de orações.

#### 1. 1 A TEORIA FUNCIONALISTA

A ciência linguística ou a linguística moderna, que surge com a publicação do *Cours de linguistique générale*, em 1916, tem sua primeira expressão alguns anos mais tarde nos trabalhos de cunho estruturalista do Círculo Linguístico de Praga. (FIORIN, 2002). Esses estudos, em um primeiro momento, restringiam-se a análises linguísticas que previam, tão somente, as dependências internas dos elementos da língua. A concepção de natureza formalista considerava, portanto, a forma linguística. No entanto, o contato desses linguistas com as influências de correntes filosóficas e psicológicas possibilita uma nova visão do sistema linguístico.

A nova concepção, segundo Martelotta e Areas (2003, p.18), deve-se ao contato com a teoria da *Gestalt* e, principalmente, à influência do psicólogo Karl Bühler, que “via a função como um elemento essencial à linguagem e que fez com que os linguistas se dedicassem ao estudo da lógica interna do sistema”. É dessa concepção, portanto, que surge o aspecto funcionalista do estruturalismo de Praga.



A disputa entre o funcionalismo e o formalismo na linguística refere-se às diferentes crenças sobre a linguagem humana, o que significa que tanto um quanto o outro estudam o objeto língua em abordagens de análises alternativas. Enquanto o formalismo prioriza o estudo da linguagem sob a perspectiva da forma, o funcionalismo analisa a função que a forma linguística desempenha na interação comunicativa. Em outras palavras, o formalismo concebe a língua como um sistema autônomo, e o funcionalismo a vê como um sistema que depende de um contexto de interação social, das intenções do falante, enfim, de fatores pragmáticos que ajustem a estrutura da língua de acordo com o evento comunicativo.

De acordo com Butler (2005), o termo funcionalismo é utilizado para rotular diversas teorias linguísticas que se opõem ao formalismo. Isso significa que, mesmo dentro da teoria, existem diferentes abordagens. Segundo Nichols (1984), as abordagens são caracterizadas como funcionalismo conservador, funcionalismo moderado e funcionalismo extremado ou selvagem. O primeiro, sem estabelecer um modelo de análise da estrutura, aponta apenas para a inadequação do formalismo. As teorias pertencentes ao segundo grupo propõem um modelo de análise que leva em conta fatores pragmáticos na análise da estrutura. Por fim, o funcionalismo extremado nega a realidade da estrutura linguística, considerando a gramática altamente motivada pelo discurso.

No que diz respeito ao fator geográfico, há diferenças entre o funcionalismo europeu e o norte-americano. Dentre as abordagens funcionalistas desenvolvidas na Europa, as mais influentes são a Gramática Funcional de Dik (*Functional Grammar* – FG) e a Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (*Systemic Functional Grammar* – SFG). Para Van Valin (2007), a FG é uma teoria do tipo moderada e a SFG fica entre o funcionalismo moderado e o funcionalismo selvagem. Nos Estados Unidos, predominam duas abordagens: a Gramática de Papel e Referência (*Role and Reference Grammar* - RRG) de Van Valin e o conjunto de trabalhos realizados por um grupo de pesquisadores da Califórnia, conhecido como Funcionalismo da Costa-Oeste (*West Coast Functionalism* - WCF). Segundo Van Valin (2007), a RRG é uma teoria moderada, ao passo que os trabalhos dos pesquisadores do grupo que compõe o WCF são extremados.

No entanto, apesar das diferenças, existe um ponto em comum entre as abordagens funcionalistas: reunir os diversos componentes da linguagem separados pelo formalismo. Esses componentes são propriedades que implicam relações com

os constituintes referentes à construção em que ocorrem. As relações funcionais, portanto, distribuem-se em três diferentes níveis: a) a sintaxe (perspectiva formal da qual se apresenta o “estado de coisas” na expressão linguística, como *sujeito* e *objeto*); b) a semântica (que especifica os papéis desempenhados pelos referentes dentro do “estado de coisas”, como *agente*, *paciente* e *meta*) e, c) a pragmática (especifica o estatuto informacional dentro do contexto de comunicação, como *tópico*, *foco*, e *figura e fundo*).

Uma gramática de base funcionalista verifica o uso das expressões linguísticas na interação verbal em suas diversas situações de uso e as estruturas linguísticas são analisadas sob o ponto de vista funcional. Nesse sentido, os estudos de uma língua natural baseados em abordagens funcionalistas têm como interesse examinar o modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente, considerando as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma vista como um diferente modo de significação na oração.

Apesar das várias discussões na linguística a respeito do termo função, conforme afirma Halliday (1973), o termo se refere ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos e não meramente aos papéis que as classes de palavras desempenham dentro da estrutura das unidades maiores.

Como visto, no modelo de Halliday, Van Valin (2007) observou um funcionalismo que conserva aspectos do funcionalismo moderado e do funcionalismo selvagem. Dessa forma, tem uma visão de linguagem baseada no discurso, mas não nega a realidade da estrutura, é um modelo *top-down*, que começa no discurso e trabalha até os mais baixos níveis da estrutura gramatical. Halliday mantém a ideia de que as últimas explicações para os fenômenos linguísticos são encontradas no uso da língua. Vale observar no modelo o estabelecimento de uma relação sistemática entre a análise linguística e o contexto de ocorrência dos enunciados. Esses contextos da interação social influem nas escolhas linguísticas dos falantes porque refletem as três metafunções da linguagem consideradas por Halliday: a) a ideacional, que representa os significados das experiências dos falantes, por meio do sistema de transitividade, em que verbos e termos se combinam para formar uma imagem pretendida pelo autor da enunciação; b) a interpessoal, que representa a interação e os papéis assumidos pelos participantes da interação mediante os sistemas de modo e de polaridade; c) e a textual, que está relacionada ao fluxo de informação e organiza o texto por meio do

sistema temático. As metafunções ocorrem simultaneamente nas realizações linguísticas. Portanto, todas as línguas são organizadas em torno dos dois significados principais, ideacional e interpessoal, associando-se ao textual e resultando em manifestações dos propósitos mais gerais da linguagem que são entender o ambiente e influir sobre os outros.

Segundo Van Valin (2007), somente o “funcionalismo moderado” propõe concepções alternativas de estrutura linguística, desenvolvendo teorias explicativas. O autor aponta o modelo de Simon Dik como o que possui uma abordagem considerada “moderada”, que reconhece a inadequação de um formalismo e propõe alternativas funcionalistas que enfatizam a importância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura linguística.

Dik (1989) observa a questão de como os usuários da língua a empregam para se comunicar eficientemente por meio de expressões linguísticas. Segundo ele, no uso comunicativo, estão envolvidas, além da função linguística, funções humanas que interagem umas com as outras. Nesse sentido, a gramática funcional é entendida como uma teoria que trabalha com a organização das línguas naturais.

Juntamente com a capacidade linguística, com a qual o usuário da língua natural (ULN) produz e interpreta expressões linguísticas, estão envolvidas na comunicação humana outras quatro capacidades: a) capacidade epistêmica: o usuário é capaz de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado; b) capacidade lógica: munido de determinadas parcelas de conhecimento, o usuário é capaz de extrair outras parcelas de conhecimento por meio de regras de raciocínio, com princípios da lógica dedutiva e probabilística; c) capacidade perceptual: o usuário é capaz de perceber seu ambiente, derivar conhecimento de suas percepções e usar esse conhecimento perceptualmente adquirido tanto para produzir como para interpretar expressões linguísticas; d) capacidade social: o usuário não somente sabe o que dizer, mas também como dizê-lo a um parceiro comunicativo particular para atingir objetivos comunicativos particulares.

Para Dik (1989), existem, ainda, dois tipos de sistemas de regras dos quais os falantes fazem uso para a concretização da comunicação: a) regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); b) regras pragmáticas que governam os padrões de interação verbal.

Em uma perspectiva norte-americana, a linguística funcional é apresentada por alguns de seus principais representantes (Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson e Wallace Chafe entre outros) como uma investigação baseada no uso. Esse modelo representa uma tentativa de explicar a forma linguística a partir de funções mais frequentes que ela desempenha na interação, admitindo a adaptação da estrutura gramatical às necessidades cognitivas e comunicativas dos usuários da língua. Defende, dessa forma, a vinculação entre a gramática e o discurso, ou seja, a gramática é interpretada no discurso, nos diferentes contextos de interação.

A sintaxe é, então, concebida como efeito da cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, na linha de Givón (1979), que afirma que a língua evoluiu do modo pragmático (ligação frouxa entre as palavras, ausência de morfologia gramatical, estrutura de tópico-comentário) para o modo sintático (subordinação rígida, uso elaborado de morfologia gramatical, estrutura de sujeito-predicado) (CUNHA & SOUZA, 2007, p. 18).

Estudar a língua sob a perspectiva discursivo-textual, portanto, permite que a gramática seja flagrada em seu funcionamento.

A concepção funcionalista da linguagem pode ser sintetizada nas seguintes características: a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura pode adaptar-se aos propósitos comunicativos do falante, ela é maleável e não rígida; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não-atômico; as categorias não são discretas; as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções.

Em suma, existem várias abordagens funcionalistas, cada uma com apontamentos e modelos de análises diferentes. Portanto, o presente trabalho, pautado pelo funcionalismo selvagem (do discurso à estrutura), optou por fundamentar sua análise na teoria funcionalista norte-americana, formulada por Hopper e Thompson (1980).

Dentre as várias questões gramaticais estudadas pelo funcionalismo, estão a transitividade verbal, os planos discursivos e a articulação de orações, temas deste trabalho. Na exposição a seguir, encontram-se, em primeiro lugar, algumas

considerações gerais a respeito da transitividade e, em seguida, as bases teóricas que dão suporte à investigação.

## 1.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DA TRANSITIVIDADE VERBAL

A transitividade verbal tem sido investigada sob perspectivas teóricas que vão desde as que consideram, na gramática da língua, apenas aspectos formais, que se configuram em regras da sintaxe, até as que têm por objetivo básico o enfoque na instrumentalidade da linguagem em situações reais de uso. Nessa perspectiva, a semântica e a pragmática são dimensões constitutivas da linguagem.

Neste trabalho, a transitividade é investigada a partir da perspectiva funcionalista norte-americana, que, desencadeada na costa oeste dos Estados Unidos, nos anos 1970, e tendo como principais figuras Paul Hopper e Sandra Thompson, prioriza a função comunicativa. Antes, considera-se relevante apresentar algumas abordagens que demonstram o caminho percorrido pelos estudos referentes ao tema, portanto, será apresentada a transitividade na abordagem tradicional, na descritiva e também alguns apontamentos da gramática de valências e da gramática de casos a respeito dos verbos relacionados com os outros elementos que constituem a oração.

### 1.2.1 A transitividade sob a perspectiva tradicional

De forma geral, o termo transitividade, proveniente do latim *transitivus* (o verbo que podia passar para a voz passiva), atualmente utilizado no sentido de transitar, refere-se ao grau de completude sintático-semântico de itens lexicais utilizados na codificação linguística de eventos, de acordo com as possibilidades de transferência de uma atividade de um agente para um paciente.

Na concepção tradicional, a oração é bipartida entre Sujeito e Predicado. No entanto, Said Ali (1965) considera importante a impossibilidade de traçar fronteiras entre predicados e seus argumentos. Segundo ele, a categorização dos verbos é

mais produtivamente abordada por meio da investigação de seus comportamentos nos textos, nos contextos e nas situações reais de uso.

No caso de verbos intransitivos que possuem um termo complementar preposicionado, o autor denomina esse complemento de objeto indireto. Esse tipo de complemento quando tem alguma semelhança com as circunstâncias expressas pelos advérbios é denominado objeto indireto circunstancial.

Segundo Lyons (1979, p. 370), a “concepção 'nocional' tradicional de transitividade e o termo em si sugerem que o efeito da ação expressa pelo verbo passe do agente (ou ator) para o paciente (ou meta)”. No entanto, semanticamente analisando, há, nesse conceito, certa fragilidade, pois, em exemplos como “Eu o firo”, sintaticamente e semanticamente, o verbo é transitivo, tendo em vista que a ação referida passa do agente para o paciente, mas, no caso “Eu o ouço”, o sujeito é experienciador e o complemento o objeto da experiência, ou seja, não existe passagem de qualquer ação. Porém, o autor chama a atenção para a cautela ao se traçar distinção entre as definições “formal” e “nocional”, pois alega não deixar de ser verdade que o conceito “nocional” tradicional de transitividade seja aplicável à maioria dos verbos transitivos, do ponto de vista sintático, além de que essa atividade de transferência de um “ator” para uma “meta” nos levaria à ideia de que existe alguma base semântica para a noção tradicional de transitividade, se se pensar em verbos como “ver” e “ouvir” como atividades em que a primeira iniciativa cabe à pessoa que vê e ouve.

Na concepção tradicional de oração bipartida, o Predicado é classificado em predicados verbal, nominal e verbo-nominal. O predicado verbal tem como núcleo da oração um verbo. A partir disso, os verbos são classificados de acordo com os complementos que exigem ou como intransitivos, quando não possuem complemento. Existem, ainda, os verbos de ligação, que entram na formação do predicado nominal, relacionando o predicativo com o seu sujeito. Os predicados verbo-nominais possuem dois núcleos: um verbo e um nome.

De acordo com a Gramática de Cegalla (2005), quanto à predicação, os verbos são classificados em intransitivos, quando não precisam de complemento por ter sentido completo; transitivos diretos, os que pedem objeto direto (complemento sem preposição); transitivos indiretos, os que exigem um complemento regido de preposição; transitivos diretos e indiretos, ou bitransitivos, os que, concomitantemente, exigem um objeto direto e outro indireto; de ligação, os que

ligam ao sujeito uma palavra predicativa, e em vicários, que são os que substituem outro verbo na mesma oração e que se empregam para evitar a repetição. São usados como vicários os verbos “ser” e “fazer”, como o exemplo: “Se a professora reclama **é** porque não a respeitam”. O verbo “ser” conjugado, substituiu o verbo reclamar.

Alguns verbos como aspirar, assistir, servir, etc. variam sua classificação em transitivos diretos ou indiretos, conforme a sua significação na oração.

O autor observa que alguns verbos intransitivos passam, ocasionalmente, a transitivos quando construídos com objetos direto ou indireto, e, em uma visão diferente da visão de Said Ali (1965), Cegalla (2005) alega que alguns verbos são essencialmente intransitivos, mesmo aqueles acompanhados de um adjunto adverbial ou de um predicativo, como nos casos: “Fui **cedo**”; “Passeamos **pela cidade**”; “Cheguei **atrasado**”; “Entrei **em casa aborrecido**”. No entanto, os verbos “passear” e “entrar”, por exemplo, exigem tais complementos para que os sentidos das orações se completem.

Na gramática *Nova gramática do português contemporâneo*, Cunha & Cintra (2007) fazem alusão aos verbos transitivos e intransitivos como significativos, isto é, verbos que trazem uma ideia nova ao sujeito. Os verbos de ligação ou copulativos, na visão dos autores, servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal. Não trazem ideia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo. No entanto, ressaltam que existem verbos que se empregam ora como copulativos, ora como significativos, como os verbos estar, andar, ficar e continuar nos exemplos: “Estavas em casa”; “Andei muito hoje”; “Fiquei no meu posto” e “Continuamos a marcha”. Os verbos significativos são, geralmente, apresentados nos predicados verbais e podem ser classificados em transitivos ou intransitivos. Podem também ser construídos com os predicativos nos predicados verbo-nominais, como no caso: “Paulo riu despreocupado”, em que o verbo “rir” admite dois núcleos significativos, o verbo e o predicativo.

Outra consideração levantada pelos autores está no caso em que o predicativo anexo ao sujeito pode vir antecedido de preposição ou do conectivo “como”. Por exemplo: “O ato foi acusado **de ilegal**” e “Carlos saiu estudante e voltou **como doutor**”.

Cunha & Cintra (2007, p. 152) observam que “a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo pode estar

empregado ora intransitivamente, ora transitivamente, ora com objeto direto, ora com objeto indireto”, como o verbo “perdoar”, por exemplo.

Nessa visão, Bechara (2002) acrescenta que a classificação do verbo depende da situação em que se acha empregado na oração. Muitos verbos, de acordo com os sentidos que podem assumir, são também diferentemente classificados. Dessa forma, não se pode falar em verbos transitivos ou intransitivos, a rigor, mas em emprego intransitivo ou transitivo dos mesmos verbos. O autor observa que há verbos que mudam a construção de acordo com o seu sentido, como o verbo “assistir”, e há, ainda, verbos que admitem mais de uma construção sem que se altere a sua significação geral, como “ajudar alguém” ou ajudar a alguém.

### **1.2.2 A transitividade sob a perspectiva da gramática descritiva**

Outra consideração sobre o processo de transitividade encontra-se na descrição feita por Perini e Fulgêncio (1992, p. 65) que, apesar de ressaltarem apenas o aspecto sintático, desenvolvem uma pertinente análise do processo, alegando que os verbos, de acordo com a gramática tradicional, são categorizados conforme os complementos que exigem ou recusam, o que significa atribuir-lhes propriedades específicas antes mesmo de qualquer análise. Contudo, os verbos que aceitam *opcionalmente* um objeto ficam sem classificação pela gramática tradicional. Tomem-se como exemplo as seguintes sentenças: “José comeu o pão” e “José já comeu”. Nota-se que, em “José já comeu” o complemento está contido no verbo: “já comeu”, “já se alimentou”.

Perini (2002) ressalta que, para dar conta desse tipo de situação, seria necessária a análise da situação em que o verbo está inserido. Assim, poder-se-ia dizer que, na primeira oração, o verbo “comer” exerce a função de transitivo e, na segunda oração, de intransitivo.

Perini e Fulgêncio (1992) salientam que esse fenômeno de aceitar ou não um objeto direto acontece com a maioria dos verbos usualmente chamados “transitivos”. Essa ocorrência acontece também com os verbos chamados “intransitivos”, como, por exemplo, o verbo dormir em “João dormiu”, e em “João dormiu um sono



tranquilo”. Na primeira oração, pode ser considerado intransitivo, mas, na segunda, o verbo está acompanhado de um complemento que poderia ser considerado um objeto.

Para os autores, são raros os verbos que recusam o objeto direto. Não exigir e não recusar o objeto direto é um caso excepcional ou inexistente para a posição tradicional, mas é precisamente a questão que mais se verifica na língua portuguesa.

### **1.2.3 O verbo na gramática de valências e na gramática de casos**

Na Gramática de Valências, conforme Borba (1996), o verbo é tomado na oração como um elemento nuclear que se relaciona com outros elementos. Borba (1996, p. 46) ressalta que o ponto de partida da valência verbal é a consideração do verbo como unidade lexical portadora de características morfológicas que permitem isolá-lo em uma sequência. Assim, identificadas no verbo as categorias de tempo, modo, número e pessoa, passa-se ao levantamento de suas propriedades sintático-semânticas. Nesse mesmo sentido, Ignácio (2002) analisa os verbos com especificação do papel dos complementos verbais ou a capacidade de os verbos abrirem casas para preenchimento por termos, sujeito e complementos, compondo-se a estrutura argumental. Dessa forma, “a oração não é vista mais como uma estrutura binária, bipartida em sujeito e predicado, mas como uma estrutura construída a partir do verbo como elemento central, predicador” (IGNÁCIO, 2002, p. 109).

Ignácio (2002) baseia-se na ideia de que o verbo é o núcleo da oração, que funciona como uma espécie de polo imantado (que tem uma força magnética), capaz de atrair um número de actantes, comportando um número variável de pontos de atração (casas vazias), mantendo-os sob a sua dependência. O número de casas vazias que tem um verbo e, conseqüentemente, o número de actantes que ele pode reger constitui sua valência. Cada verbo tem um número limitado (0 a 4) de lugares a serem preenchidos.

Esse princípio de centralidade do verbo coloca o sujeito no mesmo nível de realização sintática do objeto, configurando-se como um complemento do verbo,

lembrando que o sujeito se distingue pela estreita relação que guarda com o verbo, seja pelo comando da concordância, seja por ser o actante de primeiro grau. Os itens que funcionam como complementos são denominados actantes e os que funcionam como adjuntos adverbiais são os circunstantes. Dessa forma, a oração terá o núcleo verbal (V) completada com os argumentos: A1 (sujeito), A2 (objeto direto), A3 (objeto indireto), A4 (outros tipos de complementos). Segundo esse princípio, a oração se estrutura a partir da valência verbal, em que cada verbo exige um determinado número de elementos, com determinadas características sintático-semânticas.

Ignácio (2002) ressalta, ainda, que a frase nuclear ou a estrutura argumental se caracteriza pelos elementos mínimos necessários à sua gramaticalidade. A noção de componentes nucleares é útil para a distinção entre complementos e adjuntos, sendo estes extranucleares e aqueles, nucleares. O autor salienta que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) engloba, na categoria de adjuntos, todo complemento que não seja o objeto. Dessa forma, não há distinção entre o elemento obrigatório e o facultativo e todos os complementos de tempo e de lugar são classificados como adjuntos adverbiais. Considerem-se os exemplos explicitados pelo autor:

a) “Estive **em Franca**”, em que “em Franca” é uma exigência do verbo, portanto, é um complemento do verbo “estar”.

b) “Comprei calçados **em Franca**”. Nesse caso, “em Franca” não é uma exigência do verbo “comprar”, é apenas um adjunto.

Os verbos que podem exigir um complemento circunstancial são tradicionalmente considerados intransitivos. Esses complementos ou exigências do verbo são considerados satélites da oração ou apenas um adjunto. Isso acontece com os verbos como: acabar, chegar, passar, entre outros.

Contudo, para Borba (1996), alguns advérbios podem funcionar como argumento de certos verbos, como do verbo *proceder*: “proceder bem” ou “proceder mal”.

#### 1.2.4 A transitividade segundo algumas perspectivas funcionalistas

Outras contribuições para os estudos da transitividade são advindas de duas vertentes do funcionalismo, a linguística funcional norte-americana, representada por Givón, Hopper, Thompson e Chafe e a linguística sistêmico-funcional, da qual Halliday é o principal representante.

Do ponto de vista desta última vertente, merece realce a metafunção ideacional, que reflete as representações do mundo, as experiências dos falantes (os acontecimentos ligados às noções de agir, dizer, sentir, ter, ser), sendo a transitividade a responsável pela materialização desse conjunto de atividades; também são destacados os aspectos que concorrem para a manifestação do fenômeno, a seleção do processo ou tipo de verbo (material, mental, relacional, verbal, comportamental e existencial); e, ainda, é levada em conta a seleção dos participantes (Ator, Meta, Extensão, Beneficiário) e a seleção das circunstâncias (Extensão temporal, Localização, Modo). Esses papéis da transitividade relacionados, correspondendo às classes gramaticais verbo, substantivo e advérbio permitem analisar *quem faz o quê, a quem e em que circunstância*. Assim, as formas léxico-gramaticais são estudadas em relação a suas funções sociais.

Na análise de Givón (1984), o evento prototípico é definido pelas propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração-evento. O autor salienta que os traços semânticos agentividade, afetamento e perfectividade são, em princípio, uma questão de grau. Nesse caso, a análise se dá de acordo com a mudança física do paciente, ou seja, o objeto pode ser criado ou totalmente destruído, ou deve haver uma mudança física ou de lugar do paciente, pode ter uma mudança superficial ou interna, pode haver na mudança um instrumento implicado ou um modo implicado. Para que isso aconteça, o agente deve ser intencional, ativo; o paciente deve ser concreto e afetado, e o evento tem de ser concluído, pontual. Nesse sentido, a transitividade prototípica reflete o afetamento total do objeto. Os verbos cujo significado não implica mudança de estado ou localização do objeto se afastam do padrão de prototipicidade, e, assim, refletem menor grau de transitividade.

O ponto de vista dos funcionalistas Hopper e Thompson (1980) será abordado na próxima seção deste capítulo, no entanto, vale ressaltar aqui que, para eles,

diferentemente da análise de Givón, não há necessidade de ocorrência dos elementos sujeito, verbo e objeto para que a oração seja transitiva. A análise, nessa perspectiva, vale-se de um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos que focalizam a eficácia e a intensidade com que uma ação é transferida de um participante para outro.

No Brasil, têm sido realizados alguns estudos sob as óticas teóricas funcionalistas. Algumas contribuições são advindas da vertente funcionalista norte-americana e outras da linguística sistêmico-funcional, como as pesquisas de Maria Angélica Furtado da Cunha e Maria Medianeira de Souza, que põem à nossa disposição um conjunto de conceitos sobre o fenômeno da transitividade. As autoras salientam que, embora a noção de transitividade seja tratada por modelos diferentes de análise da língua, as abordagens compartilham o interesse central no estudo das funções que a forma linguística desempenha na comunicação cotidiana. Para ambas as vertentes, a transitividade não se manifesta apenas no verbo, mas na totalidade da oração, emergindo das relações estabelecidas entre os elementos que a compõem.

Na linha funcionalista norte-americana, as autoras tratam de duas propostas de análise, uma baseada no modelo de Givón (1984) e a outra no de Hopper e Thompson (1980). Os pontos em comum entre as abordagens estão representados pela descrição sintática e semântica da transitividade, pelo tratamento gradiente e pela utilização da noção de prototipicidade.

Na linha sistêmico-funcional, como visto, a transitividade é entendida como a categoria gramatical relacionada à metafunção ideacional, que se refere à representação das ideias ou experiências humanas. Analisando a transitividade dessa perspectiva em textos editoriais variados, as autoras confirmam o postulado pela teoria de que as escolhas não são aleatórias, são significativas e geradoras de significados distintos a cada situação de uso.

Outra contribuição é a tese de Célia Maria Coelho Brito, de 1996, que analisa a transitividade verbal em vários gêneros da língua portuguesa. A investigação também é de cunho funcionalista, mas toma como bases de estudos a predicação nuclear e os estudos acerca da Estrutura Argumental Preferida. Dessa forma, a autora examina a predicação da língua portuguesa segundo a escolha do número e do tipo de argumentos do predicado. Conclui, portanto, que o falante escolhe o número de argumentos de uma frase consoante às funções semânticas do primeiro

argumento, do segundo e do terceiro, bem como escolhe o tipo de argumento de uma frase de acordo com categoria morfológica, função sintática, semântica e pragmática, ou seja, o estatuto informacional que os argumentos do verbo apresentam no fluxo da informação.

O presente trabalho atentará para a proposta funcional norte-americana postulada por Hopper & Thompson, em 1980. A escolha da abordagem se deu em função de abranger o nível do discurso, podendo, por meio dos planos discursivos, demonstrar e confirmar nas combinações oracionais, sob a ótica da transitividade, algumas teses já existentes a respeito do plano de “fundo” postulado para as orações hipotáticas. Além disso, os estudos já realizados nessa abordagem se restringem ao gênero narrativo, mas podem se estender a outros gêneros textuais, pois acredita-se que, pelas particularidades de cada gênero, a transitividade e os planos discursivos também se organizem de formas diferentes.

### 1.3 A TRANSITIVIDADE SOB A TEORIA FUNCIONALISTA NORTE-AMERICANA DE HOPPER & THOMPSON

A proposta de análise da transitividade formulada por Hopper & Thompson (1980) é entendida como uma propriedade contínua, escalar, manifestada na totalidade da oração. Cunha et al (2003, p.38-39) afirmam que a complexidade do conceito de transitividade reside no fato de que existem dez parâmetros sintático-semânticos (Quadro 01) que estão relacionados ao evento no qual um agente animado intencionalmente causa uma mudança física em um objeto. Isso significa que o contexto discursivo é fundamental na aferição da transitividade oracional.

Conforme Hopper e Thompson (1980), os componentes da transitividade se caracterizam, portanto, a partir dos parâmetros:

**1) Participantes:** Não há transferência a menos que dois participantes estejam envolvidos.

**2) Cinese:** Ações podem ser transferidas de um participante para outro, estados não. Dessa forma, em *Eu abracei Sally*, algo acontece com Sally, mas em *Eu admiro Sally*, nada acontece.

**3) Aspecto:** Uma ação vista do seu ponto final, isto é, uma ação télica (terminada), é mais efetivamente transferida para um paciente do que uma ação não terminada. Na oração télica *Eu comi sanduíche*, a atividade é vista como completa e a transferência é totalmente realizada; mas na oração atélica *Eu estou comendo o sanduíche*, a transferência é realizada apenas parcialmente.

**4) Pontualidade:** Ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim têm um efeito mais marcado sobre seus pacientes do que ações que são inerentemente contínuas. Por exemplo: o verbo *chutar* é pontual em contraposição ao *carregar*, que é não-pontual. Nesse caso, deve-se levar em conta o contexto e o significado do verbo.

**5) Intencionalidade:** O efeito sobre o paciente é tipicamente mais aparente quando a ação do agente é apresentada como proposital. Por exemplo, *Eu escrevi seu nome* (intencional), em contraste com *Eu esqueci seu nome* (não-intencional).

**6) Polaridade:** As orações afirmativas podem ser transferidas. Por exemplo: *Eu entreguei o livro à professora*. As negativas não podem pela falta de serem executadas. Por exemplo: *O menino não comeu o sanduíche*.

**7) Modalidade:** Refere-se à distinção entre a codificação “realis” e “irrealis” de eventos. Uma ação que não ocorreu, ou que é apresentada como tendo ocorrido em um mundo não-real, incerto, ou que expressa um evento hipotético, é obviamente menos efetivo do que aquela cuja ocorrência é de fato asseverada como correspondendo a um evento real.

**8) Agentividade:** Participantes que têm agentividade alta podem efetuar a transferência de uma ação de um modo que participantes com baixa agentividade não podem. Assim, a interpretação normal de *George me assustou* é de um evento perceptível com consequências perceptíveis, mas *O quadro me assustou* poderia ser somente uma questão de estado interno. *O quadro*, no caso, é causativo.

**9) Afetamento do Objeto:** O grau em que uma ação é transferida para um paciente é uma função de quão completamente esse paciente é afetado. Assim, por exemplo, o afetamento é mais efetivo em *Eu bebi o leite todo* do que em *Eu bebi um pouco do leite*.

**10) Individuação do Objeto:** Esse componente se refere tanto ao fato de o paciente ser distinto do agente quanto à distinção entre o paciente e o fundo em que ele se encontra. Dessa forma, os referentes dos substantivos com propriedades de substantivo próprio, humano e animado, concreto, singular, contável e referencial ou

definido são mais altamente individuados do que aqueles com substantivos que contêm propriedades contrárias às referidas acima.

Cada um desses parâmetros contribui para a ordenação de orações em uma escala de transitividade. São mais transitivas as orações que possuem mais parâmetros da escala da alta transitividade (parâmetros marcados positivamente), e menos transitivas as orações com menos parâmetros da alta transitividade, conforme o quadro abaixo.

**Quadro 01:** Parâmetros para a análise da transitividade

	<b>Transitivade Alta / Parâmetros positivos</b>	<b>Transitivade Baixa/ Parâmetros negativos</b>
<b>1. Participantes</b>	Dois ou mais	Um
<b>2. Cinese</b>	Ação	Não ação
<b>3. Aspecto do verbo</b>	Perfectivo (passado)	Não-perfectivo
<b>4. Pontualidade</b>	Pontual	Não-pontual
<b>5. Intencionalidade do sujeito</b>	Intencional	Não-intencional
<b>6. Polaridade da oração</b>	Afirmativa	Negativa
<b>7. Modalidade da oração</b>	Modo realis	Modo irrealis
<b>8. Agentividade do sujeito</b>	Agentivo	Não-agentivo
<b>9. Afetamento do objeto</b>	Afetado	Não-afetado
<b>10. Individuação do objeto</b>	Individuado	Não-individuado

**Fonte:** Cunha et al (2003)

Segundo Hopper e Thompson (1980, p. 253), “uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente que é individuado do que para um que não é”, portanto, um objeto definido é considerado como mais completamente afetado do que um objeto indefinido. Por exemplo: em *Fritz bebeu a cerveja*, existe uma possível ou provável implicação de que ele tomou toda a cerveja disponível, mas em *Fritz bebeu um pouco da cerveja*, não há essa implicação, a não ser que, na situação do evento, havia só a cerveja equivalente ao que bebeu. Da mesma forma acontece com pacientes animados e inanimados: em *Eu me choquei com Charles*, há, provavelmente, um foco de atenção no efeito do evento em Charles, ou talvez em ambos participantes, mas em *Eu me choquei com a mesa*, é menos provável

que alguma coisa tenha acontecido com a mesa, e mais provável que o efeito sobre o agente esteja sendo ressaltado.

Cada um desses parâmetros contribui para a ordenação de orações em uma escala de transitividade. Embora independentes, funcionam articulados, determinando o grau de transitividade da oração. Vale ressaltar que orações tradicionalmente consideradas intransitivas, como *Susan partiu*, podem receber, nessa formulação, um grau de transitividade alto por possuir sete traços sintático-semânticos considerados positivos: cinese, aspecto perfectivo, verbo pontual, sujeito intencional, polaridade afirmativa, modalidade realis e sujeito agente (CUNHA e SOUZA, 2007).

Dessa forma, não apenas o verbo, mas toda a oração é classificada como mais ou menos transitiva, dependendo do número de traços marcados positivamente. Nessa perspectiva, a oração transitiva prototípica é a que, em um evento, possui um agente animado que intencionalmente causa uma mudança física e perceptível no estado ou na locação de um objeto. São esses os primeiros eventos que uma criança percebe e codifica gramaticalmente.

Cada uma dessas propriedades caracterizadoras da transitividade está relacionada ao relevo discursivo. Assim, por refletirem elementos cognitivamente importantes, os parâmetros da transitividade assinalam elementos relevantes no discurso.

Hopper e Thompson (1980) consideram que há uma alta correlação entre o discurso e o grau de transitividade da sentença, uma vez que o maior ou o menor grau de transitividade é determinado pela maneira como o falante estrutura o seu discurso para atingir seus objetivos comunicativos e está de acordo com sua percepção das necessidades do ouvinte.

Como a transitividade oracional está relacionada à maneira como o falante organiza seu discurso, observa-se que um texto apresenta distinção entre o que é central e o que é periférico. Sendo assim, o grau de transitividade de uma oração reflete sua função discursiva. Apresentam uma alta transitividade as orações que assinalam a porção central ou dão sustentação ao texto – o que chamamos, em termos de planos discursivos, de figura – enquanto a porção periférica ou com baixa transitividade corresponde ao fundo.

Em uma narrativa, a figura compreende o esqueleto do texto, faz o discurso progredir e apresenta a sequência temporal de eventos concluídos, pontuais,



afirmativos, *realis*, sob a responsabilidade de um agente que constitui a comunicação central, enquanto a porção de fundo cobre essa estrutura básica sem fazer parte da coerência estrutural e sem contribuir para a progressão discursiva. O fundo corresponde à descrição de estados, da localização dos participantes da narrativa e à descrição de ações e eventos simultâneos ao plano da figura.

Guillaume (1966 apud PEZATTI, 1994) afirma que nenhum pensamento ou ação seria possível se a percepção apresentasse todas as estruturas possíveis em um só plano, sem relevo psíquico. Pezatti (1994) distingue as porções e considera que o fundo não tem contornos próprios, é uma continuidade amorfa que se estende sob a figura, que, por sua vez, tem uma forma, uma organização, oferecendo uma maior estabilidade. Segundo a autora, quando a figura é mais complicada, a percepção é de uma unidade, um todo, mas um todo articulado, composto de partes ou membros secundários. Dessa forma, o pensamento e a comunicação humana registram o universo individual como uma hierarquia de graus de centralidade/perifericidade conforme os objetivos comunicativos. Ou seja, em qualquer situação de fala, há uma parte do discurso mais relevante que a outra. Existem algumas características constitutivas dos planos discursivos na oração. As orações que constituem o plano figura fazem parte de uma linha principal de progressão do discurso, conservam o mesmo sujeito, introduzindo material novo no predicado; mantêm a continuidade tópica; mostram dinamicidade; em contraste com as orações do plano de fundo que podem estar em qualquer lugar do discurso; contribuem para a montagem do cenário, dão suporte para o desenvolvimento discursivo; possibilitam mudança de tópico e introdução de informação nova, assim como alterações do sujeito; indicam situações descritivas/estáticas/imperfectivas; indicam estado ou situação para o entendimento de motivos e atitudes do falante.

Como a transitividade oracional está relacionada a uma função discursiva, Pezatti (1994) observa as tendências dessas propriedades sintático-semânticas associarem-se a tais planos discursivos.

Segundo a autora, com relação ao traço **participantes**, há uma tendência para o fundo estar associado a um único argumento e figura a mais de um, tendo em vista que as partes do discurso que constituem o seu cenário tendem a se expressar por meio de formas verbais que denotam estados, sem que haja movimento de ação de um participante para outro.

Com relação ao traço **cinese**, observa-se que, ao contrário das orações de fundo, cujo verbo é não-cinético, as orações de figura narram eventos e indicam mudança de lugar ou condição.

Quanto ao **aspecto**, predicados télicos fazem parte da figura, uma vez que as orações recontam eventos que seguem uma ordem cronológica, sendo cada um visto em sua totalidade, do começo ao fim. No plano de fundo, os eventos são apresentados como repetidos ou simultâneos aos eventos de figura.

A **pontualidade** refere-se à ausência de uma clara fase transicional entre o início e sua completude. Verbos pontuais contrastam com os durativos, denotando eventos em figura.

**Volitividade e Agentividade** referem-se ao grau de envolvimento do participante na atividade do verbo. Portanto, há uma maior incidência desses traços no plano de figura tendo em vista que os participantes envolvidos iniciam eventos e desempenham ações.

**Modalidade e Polaridade** em eventos narrados implicam afirmação e acontecimentos reais, portanto, há uma raridade de orações negativas em figura.

Com relação à **Afetabilidade e Individuação do objeto**, a afetabilidade total decorre da perfectividade semântica do verbo, correlacionando-se ao plano de figura. A individuação corresponde a objetos definidos e objetos indefinidos são associados a estruturas intransitivas, o que sugere que tal argumento não constitui realmente um objeto, mas um acompanhamento adverbial do verbo.

Assim, no plano discursivo, a partir das dimensões figura e fundo, podem ser identificadas mais prontamente as entidades que se apresentam em primeiro plano como figuras bem recortadas e focalizadas, em oposição a tudo o mais, que passa a ser percebido contrastadamente como em plano de fundo.

Cunha et al (2003) testam a possibilidade de aplicação dos parâmetros da transitividade a outros gêneros textuais e demonstram que as noções de figura e fundo podem ser úteis nesses outros gêneros, além do gênero narrativo. Mostram que um gênero pode servir de fundo a outro gênero textual. Um trecho narrativo pode servir de fundo em um trecho maior não narrativo ou a sequência narrativa pode se apresentar como figura em relação à outra não-narrativa de nível inferior.

Para se entender melhor essa noção de planos discursivos, considera-se relevante apresentar alguns conceitos acerca de *figura* e *fundo*, segundo a teoria da Gestalt, pois sabe-se que os estudos linguísticos, a partir de influências advindas de

correntes filosóficas e psicológicas que consideram a “função”, obtiveram grandes avanços na análise da estrutura e do funcionamento da língua.

#### 1.4 FIGURA E FUNDO SEGUNDO A PSICOLOGIA DA *GESTALT*

Com a evolução da Linguística, a noção de estrutura se modificou através do tempo. Segundo Martelotta e Areas (2003, p. 17), durante o século XX, três noções básicas passaram a caracterizar a evolução da Linguística: sistema, estrutura e função. A noção de sistema, originária da doutrina saussureana, concebe o “todo” como prioridade em relação ao entendimento das partes que o compõem. Mais tarde, o termo sistema foi substituído pelo termo estrutura, uma vez aceita a ideia de que a língua constitui um sistema, um conjunto cujos elementos se agrupam em um todo organizado. Com a influência de Husserl e, principalmente, da teoria da *Gestalt*, a lógica interna do sistema da língua passa a ser o foco dos estudos linguísticos. O contato com a *Gestalt*, representada por Karl Bühler, deu à linguística uma feição diferente das outras escolas estruturalistas europeias, tendo em vista que compreendia a “função” como um elemento essencial da linguagem.

A partir desse ponto de vista é que a Linguística busca explicar a estrutura da língua em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais. Para tanto, recorre à teoria da psicologia, mais especificamente, da *Gestalt* que, com os estudos sobre a percepção humana, contribui com a linguística e proporciona embasamentos no que diz respeito à noção de relevo discursivo ou planos discursivos *figura* e *fundo*, conceitos relacionados aos estudos da transitividade verbal e organização do discurso.

É nesse sentido que a teoria funcionalista, observando a função a que servem as formas utilizadas pelos usuários da língua, considera, além da estrutura, os fatores pragmáticos na análise do funcionamento da língua. Por isso, busca na *Gestalt* conceitos e recursos para explicar como um falante percebe um evento e organiza um discurso.

A *Gestalt* surge na psicologia como uma negação da fragmentação das ações e processos humanos peculiar à Psicologia Científica do século XIX. Segundo Pozo (1994, p.09), após um período de predomínio da psicologia behaviorista na primeira

metade do século XX, se consolida a “psicologia cognitiva”. Essa mudança de orientação na psicologia científica abrange a maior parte dos campos de pesquisa (memória, atenção, inteligência), alcançando o estudo da interação social e da emoção.

Conforme Bock, Furtado e Teixeira (1997), entre as teorias cognitivas, a *Gestalt* é considerada uma das de maior importância para a Psicologia do século XX. Para os autores, ela apresenta uma íntima relação com a filosofia e é uma das tendências teóricas mais coerentes da história da Psicologia.

*Gestalt* é uma expressão alemã cuja tradução mais próxima seria “forma” ou “configuração”. No final do século XIX, os estudos antecessores à psicologia gestaltista abordavam as sensações de espaço-forma e tempo-forma. Os autores explicam que Max Wertheimer (1880-1943), Wolfgang Köhler (1887-1967) e Kurt Koffka (1886-1941), baseados nesses estudos psicofísicos que relacionavam a forma e sua percepção, construíram a base da teoria da *Gestalt*.

Em um primeiro momento, preocuparam-se em compreender quais os processos psicológicos envolvidos na ilusão de óptica quando o estímulo físico era percebido pelo sujeito como uma forma diferente da que ele tem na realidade.

Os experimentos com a percepção levaram os gestaltistas ao questionamento de um princípio implícito na teoria behaviorista – causa e efeito / estímulo e resposta – porque, para eles, entre o estímulo que o meio fornece e a resposta do indivíduo, encontra-se o processo de percepção. “O quê” se percebe e “como” se percebe são dados para a compreensão do comportamento humano.

O confronto entre as duas teorias pode ser resumido na posição que cada uma assume diante do comportamento humano. O Behaviorismo, pela impossibilidade de controlar todas as variáveis do comportamento, estuda-o baseado na relação estímulo/resposta, procurando isolar o estímulo que corresponde à resposta esperada dos indivíduos. Desse ponto de vista, despreza os conteúdos da consciência. A *Gestalt* critica essa abordagem por considerar que o comportamento, quando estudado de maneira isolada de um contexto mais amplo, pode perder seu significado (o seu entendimento). Para os gestaltistas, o comportamento deve ser estudado nos seus aspectos mais globais, levando em conta as condições que alteram a percepção do estímulo. Nesse sentido, basearam-se na teoria do isomorfismo, que supunha uma unidade no universo, no qual a parte está sempre relacionada com o todo.

Seguindo esta linha, os psicólogos da *Gestalt* propuseram o conceito da “gestalt” como “inteiro”. Essa era a principal unidade de análise dentro da percepção, e proclamaram que o todo é maior do que a soma de suas partes.

Segundo Eysenck e Keane (1994), Wertheimer expressou o aspecto básico da posição da *Gestalt* da seguinte forma:

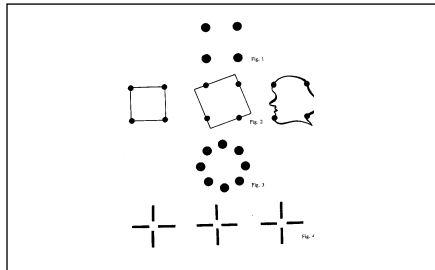
A maneira pela qual as partes são vistas, em que subtodos emergem, em que agrupamentos ocorrem, não é um retalhamento arbitrário, somatória dos elementos, mas é um processo em que as características do todo desempenham um papel determinante (EYSENCK e KEANE, 1994, p. 51).

É possível deduzir, pelo aspecto da posição da *Gestalt*, que deve ser possível trocar partes originais do estímulo por outras partes e ainda conseguir manter a qualidade do todo ou o *gestalt*. Essa troca é conhecida como “transposição”. A melodia de uma música, por exemplo, pode permanecer a mesma quando é transposta para um tom em que todas as notas são trocadas. Uma das implicações dessa teoria é que o *gestalt*, ou o todo, pode ser percebido antes das partes que o compõem.

Bock, Furtado e Teixeira (1997) explicam que, ao se ver uma parte do objeto, ocorre uma tendência à **restauração do equilíbrio** da forma, garantindo o entendimento do que está sendo visto. Esse fenômeno da percepção é norteado pela busca do fechamento, simetria e regularidade dos pontos que compõem uma figura (objeto). Para esclarecer melhor a tendência à restauração do equilíbrio na relação parte-todo, os autores citam a experiência de Rudolf Arnheim (1980), que questiona o modo como a visão se apodera da forma.

Segundo os experimentadores, nenhuma pessoa dotada de um sistema nervoso perfeito apreende a forma alinhavando os retalhos da cópia de suas partes, o sentido normal da visão apreende um padrão global.

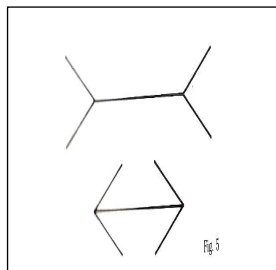
Na primeira figura, fica claro como, ao invés de se observar os pontos isoladamente, percebe-se o quadrado formado pelos pontos e, nas demais, ao invés de se observar os quatro pontos, percebe-se a figura como um todo.



**Figura 1:** percepção do padrão global  
**Fonte:** Bock et al (1997)

O conjunto de estímulos determinantes do comportamento humano se divide em meio geográfico (meio físico) e o meio comportamental (interação do indivíduo com o meio físico). A percepção implica a interpretação desse meio pelas forças que as regem (equilíbrio, simetria, estabilidade e simplicidade), essenciais para se alcançar a boa-forma. O elemento, portanto, deve ser apresentado em aspectos básicos, que permitam a sua decodificação, ou seja, a percepção da boa-forma.

Para ilustrar a noção de boa-forma, temos o exemplo seguinte:

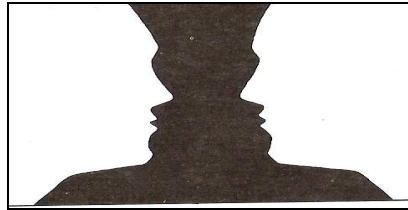


**Figura 2:** Boa-forma  
**Fonte:** Bock et al (1997)

A figura 2 mostra como o primeiro segmento é considerado maior que o segundo, mas, na realidade, é uma ilusão de óptica, pois ambos têm o mesmo comprimento. A maneira como se distribuem os elementos que compõem as figuras não apresenta equilíbrio, simetria, estabilidade e simplicidade suficientes para garantir a boa-forma.

Por fim, essa tendência de nossa percepção em buscar a boa-forma permitirá a relação de **figura-fundo**. Quanto mais clara estiver a forma (boa-forma), mais se

distinguirá a figura do fundo. Quando isso não ocorre, torna-se difícil distingui-los. No caso do exemplo seguinte, a figura e o fundo são substituídos pelo campo visual.



**Figura 3:** distinção entre figura e fundo  
**Fonte:** Bock et al (1997)

Na linguística, o funcionalismo faz uso da teoria da *Gestalt* para distinguir em um discurso as partes mais relevantes ou as partes que o usuário da língua percebe com maior nitidez ou considera mais importante. Para isso, utiliza da noção de *figura* e *fundo*. Em estudos realizados acerca do modo como o falante organiza seu discurso, observou-se que um texto apresenta planos discursivos percebendo a existência de porções que são centrais e outras que são periféricas em um texto. Segundo Cunha et al (2003), por *figura* entende-se a porção do texto que apresenta a sequência temporal de eventos concluídos, pontuais, afirmativos, *realis*, sob a responsabilidade de um agente, que constitui a comunicação principal. O *fundo* corresponde à descrição de eventos simultâneos ao plano da figura, à descrição de estados, localização dos participantes e comentários avaliativos. Conforme os autores, o seguinte fragmento, retirado de uma narrativa do *corpus* de seu grupo de estudos Discurso & Gramática (D&G), demonstra no texto a distinção entre *figura* e *fundo*.

...aí quando vinha ali no rio Tietê... num sei se você conhece... já ouviu falar...lá de São Paulo... quando vinha lá do rio Tietê... tava chovendo muito... a pista escorregadia... né? **aí o carro perdeu o controle... o motorista perdeu o controle... né?...** aí quando ele viu que o carro ia cair dentro do rio... **aí ele... colocou o carro num... pra cima de outro carro...** que tava um casal de namorado assim... namorando... (corpus D&G/Natal, p.222).

No texto acima, funcionam como *figura* os trechos que estão destacados. Nessas sentenças, os verbos são pontuais e estão no perfectivo, enquanto o

restante, que funciona como *fundo*, apresenta orações que contextualizam o evento narrado com comentários descritivos e avaliativos do narrador.

Dessa forma, a noção de planos discursivos pode ser evidenciada em combinações oracionais. Decat (2001), por exemplo, analisa em uma abordagem funcional-discursiva o comportamento das orações adverbiais, que são consideradas orações de realce. Nesse sentido, essas orações articuladas com os seus núcleos contribuem para o próprio contraste. Isso quer dizer que as orações de diferentes estatutos são analisadas entre si para que se percebam os planos discursivos.

### 1.5 A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES NA VISÃO FUNCIONALISTA

No sentido de verificar o modo como o usuário da língua organiza o discurso, vêm sendo realizados também estudos sobre a articulação de orações. Conforme esses estudos, segundo determinada estratégia, o falante dispõe de orações consideradas satélites, preparando molduras, criando espaços mentais para o conteúdo das predicacões nucleares, configurando relevos discursivos.

Um aspecto considerado importante pelo funcionalismo é a combinação entre orações que se integram estruturalmente em outra e entre orações que não são sujeitas a essa integração. Nesse processo, a preocupação em descrever a relação entre as cláusulas no nível do discurso, segundo Decat (2001), tem levado estudiosos a abandonar o termo “subordinação” e examinar o fenômeno de combinação ou articulação de cláusulas. Para ela, o que importa não é classificar uma cláusula como adverbial ou como subordinada, mas reconhecer a capacidade de se combinar com outras. Interessa, portanto, o exame das cláusulas que mantêm alguma relação circunstancial com a cláusula ou sequência com a qual se combinam. A autora ressalta que a evidência de que não existe apenas um fenômeno de subordinação e de que existem tipos diferentes de interdependência entre orações levou autores a postular a distinção entre encaixamento - cláusulas que se integram estruturalmente em outra – e hipotaxe, cláusulas que não funcionam como argumentos de verbo. No primeiro caso, enquandram-se, segundo Decat (2001), as cláusulas-complemento e as adjetivas restritivas. No segundo caso,



apresentam-se as adverbiais, as participiais e as adjetivas não-restritivas ou apositivas.

Dentre os tipos de articulação por hipotaxe, Decat (2001) salienta o que Halliday (1985) chamou de *enhancement* (realce, destaque, embelezamento). Dessa forma, as orações se combinam para modificar ou expandir uma informação contida em outra cláusula ou porção do discurso, manifestada pelas relações circunstanciais, expostas pelas tradicionais cláusulas adverbiais.

Segundo Halliday (1985), existem duas dimensões para a interpretação dos elementos de um complexo: 1) o sistema tático, ou de interdependência; 2) o sistema de relações lógico-semânticas.

1) No sistema tático, há dois tipos de interdependência: paratática e hipotática. No primeiro caso, a relação se estabelece entre elementos de mesmo estatuto, sem que um dependa do outro. No segundo caso, o estatuto dos elementos não é igual, ou seja, um elemento modifica o outro, sendo o modificador dependente do modificado;

2) No sistema lógico-semântico, as relações que podem ser estabelecidas entre os elementos de um complexo são de dois tipos fundamentais: a) expansão e b) projeção.

Pela expansão, uma oração pode expandir a outra de três maneiras: a1) por elaboração; a2) por extensão; a3) por encarecimento:

a1) Elaboração: uma oração pode expandir a outra reafirmando seu conteúdo com outras palavras, especificando seu conteúdo com outros pormenores, comentando-o ou exemplificando-o.

a2) Extensão: uma oração pode expandir a outra acrescentando um novo elemento, apresentando uma exceção, oferecendo uma alternativa.

a3) Encarecimento ou realce: uma oração pode expandir a outra qualificando seu conteúdo com traços circunstanciais de tempo, de lugar, de causa, de modo, de condição.

Pela projeção, uma oração se projeta sobre a outra, funcionando como representação da própria representação linguística.

No mecanismo do encaixamento, uma oração funciona como complemento de outra oração. A relação da oração encaixada com uma oração externa é indireta, pois o grupo que forma com a oração principal funciona como intermediário nessa

relação. Por isso, uma oração encaixada não estabelece relações táticas com outras orações, apenas relações lógico-semânticas.

Portanto, Halliday trata parataxe e hipotaxe como fenômenos, e o encaixamento como mecanismo. Com base na relação entre a taxonomia de Halliday e as categorias da gramática tradicional, podem ser feitas as seguintes observações:

a) O encaixamento, ou integração, engloba as orações tradicionalmente conhecidas como subordinadas substantivas, em que a oração encaixada é exigida pela semântica do predicado, e subordinadas adjetivas restritivas, em que a oração encaixada é uma complicação de um tema.

b) Na combinação de parataxe e projeção, aparece o discurso direto (ou citação). Por outro lado, da combinação de projeção com hipotaxe surge o discurso indireto.

c) Na combinação da parataxe com a extensão, ocorre a coordenação entre orações.

d) Na combinação entre parataxe e encarecimento, aparece a coordenação entre orações, mas com traços circunstanciais geralmente indicados por conjunções ou locuções conjuntivas.

b) Na combinação da elaboração com a hipotaxe, aparecem as orações adjetivas explicativas, que têm uma função descritiva em relação à oração primária do complexo.

e) Da combinação entre encarecimento e hipotaxe surgem as orações conhecidas tradicionalmente como “adverbiais”. A oração dependente expressa notações de tempo, espaço, modo, causa, condição, introduzidas por preposições, conjunções ou locuções conjuntivas hipotáticas.

Tendo em vista que, nessa última relação, o seu resultado é de realce, qualificando o conteúdo de outra oração, este trabalho se atentará para detalhes que reafirmam a ideia de relevância de uma das orações na combinação.

A respeito da participação do falante na organização de seu enunciado, para expressar as relações aí envolvidas, segundo Neves (1997), é uma das mais importantes contribuições do funcionalismo para o estudo da articulação de orações. Isso permite que se explique a diferença pragmática entre a anteposição e a posposição de orações adverbiais em relação à oração-núcleo, podendo-se

identificar, assim, a função da posição da oração adverbial na ancoragem de informações.

Para a autora (2000, p. 808), “a distribuição da informação é bastante ligada à ordem das palavras, e, no caso das construções causais, levados em conta todos os tipos de conectivo, essa questão é complexa”.

Com respeito a questões relacionadas à informação ainda, Chafe (1976) diz que as unidades entonacionais, ou seja, sequência de unidades que constituem a fala, codificam as ideias, conceitos, as peças de informação que estão sendo focalizadas pelo falante naquele momento do discurso oral. Essas peças de informação podem ser encontradas no estado ativo – aqueles que se encontram no foco de consciência do falante; semiativo – encontram-se na consciência periférica; e inativo – na memória de longo termo. Uma informação ativa que esteja no foco da consciência do falante corresponde à informação dada. Esses conceitos podem mudar de estado. Dessa forma, um conceito previamente ativo, antes de se tornar inativo, pode permanecer na memória periférica por um tempo, no estado semiativo. A esse estado corresponde a informação acessível. Os conceitos inativos, por sua vez, conceitos que não foram ativados nem pelo discurso anterior, nem pela presença de um referente no contexto de situação, correspondem à informação nova.

Com base nos pressupostos teóricos expostos, no capítulo de análise deste trabalho, além da transitividade e dos planos discursivos nas combinações oracionais, serão considerados os fatores relacionados ao estatuto informacional, posição, tipo de conectivo na oração, relação de causa e ainda a possível relação entre os aspectos mencionados.

## CAPÍTULO II

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo corresponde à descrição dos métodos e procedimentos de pesquisa adotados para a análise da transitividade e dos planos discursivos nas orações adverbiais causais e seus núcleos.

#### 2.1 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 10 elocuições formais que fazem parte do banco de dados do Funcpar (Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná) e sua coleta seguiu alguns critérios.

Os informantes da pesquisa são professores e alunos universitários de Maringá (PR) que nasceram na cidade ou residem nela há mais de 10 anos. As gravações foram feitas durante aulas de graduação e apresentações de trabalho.

Para a transcrição das elocuições formais, realizada por vários membros do Funcpar, utilizou-se do método de transcrição alfabética, seguindo-se um padrão baseado nas normas do projeto NURC com algumas adaptações (cf. ANEXO A).

Além disso, os textos foram segmentados em unidades de entonação. Segundo Chafe (1987), a fala espontânea não é produzida em um fluxo contínuo, mas em uma série de breves jorros que expressam a informação que está sendo focalizada pela consciência no momento da enunciação. Esses jorros são chamados pelo autor de unidades de entonação. Para a identificação dessas unidades, Chafe (1987) propõe três critérios:

- a) entonação: a maior parte das unidades termina com um contorno típico de final de oração;
- b) pausa: a separação entre as unidades é feita por uma breve pausa;
- c) sintaxe: há uma tendência para as unidades corresponderem a orações simples.

Esses critérios podem ser observados no exemplo a seguir:

..estudar é uma coisa prazerosa,  
..agora ESCREVER já:: faço por obrigação e pressionado.

Ambas as unidades se iniciam por pausa e têm a estrutura de uma oração. A primeira tem curva entonacional estável, representada pela vírgula. A segunda unidade tem entonação descendente, típica de final de oração, representada pelo ponto.

Chafe (1987) ainda faz duas observações importantes a respeito da identificação das unidades. A primeira é que nem sempre os três critérios aparecerão simultaneamente em uma unidade. A segunda é que nenhum dos três critérios é suficiente para identificar uma unidade, pois não se deve esperar que um fenômeno cognitivo se manifeste mecanicamente por meio de fenômenos linguísticos.

Outras características que devem ser apontadas nesses textos são os papéis e a posse dos turnos fixados previamente (KOCH & SOUZA e SILVA, 1996). Por isso, há poucas marcas de interação, o professor ou apresentador de trabalho, em geral, responde a perguntas feitas pelos alunos ou pela audiência. Esses textos sempre têm um início bem marcado com a apresentação dos objetivos da aula ou do trabalho, bem como um encerramento no qual os objetivos da aula seguinte são antecipados, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

(01)

bom: na AUla passada né: nós fizemos o experimento determinação do nível operante e treino ao bebedouro .. certo?  
e:: aí vo::cês éh:: ... vocês registraram naquela folha de registro os/o que:: vocês obserVaram ... né,  
... então os dados foram coleTAdos .. a respeito do experimento que foi realizado né,  
... entÃO HOje nós vamos/eu vou estar passando para vocês ... éh:: o relatório que vai ter que ser FEItO,  
... é o trabalho que vocês vão ter que fazer agora com os dados que foram coletados .. tá?

(02)

.. e pra isso .. é .. PRImordial nós estudarmos o comportame::nto bioló::gico .. da suspensão.  
.. a re::ologia da suspensão.  
... o que é isso?

.. nós vamos deixar pro próximo capítulo,  
 .. pra próxima aula tá?  
 ... ah:: gente eu tava esquecendo,  
 .. óh:: .. presta atenção só um pouquinho.  
 .. as suspensões .. eu mandei pra vocês por e-mail .. os slides.  
 .. aqui tem .. o roteiro da aula o programa da aula,  
 .. e tem xerox,  
 .. são quatro cinco .. capítulos .. de livros modernos sobre suspensões.

Além disso, podem ser encontrados marcadores “metapedagógicos”, como *certo?*, e de referência ao saber já internalizado pelos alunos ou pela audiência, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

(03)  
 .. observe que isso aqui é o PRODUTO,  
 ..então tem que usar a fórmula da derivada do produto,  
 ..então presta atenção como eu vou fazer,  
 ..eu vou deriva PRIME::IRO o co-senso.  
 ..**certo?**

(04)  
 ..então .. se:: não simplificar,  
 ..**já sabe né,**  
 ..errar em conta .. né::?

## 2.2 QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS

A quantificação dos dados foi feita utilizando-se o programa Systemic Coder, versão 4.5. Desenvolvido por Mick O'Donnel e disponível para *download* no *site* [www.wagsoft.com](http://www.wagsoft.com), o programa facilita a codificação de dados, permitindo ao usuário criar uma rede sistêmica hierárquica de traços linguísticos. Após a segmentação dos dados a serem analisados, cada segmento é apresentado ao usuário, que seleciona na tela do computador os traços pertinentes àquele segmento. Ao final, os dados são apresentados estatisticamente, podendo ser cruzados ou exportados para outros programas estatísticos.

O Systemic Coder apresenta algumas vantagens sobre o pacote de programas Varbrul, muito utilizado na codificação de dados em pesquisas linguísticas. Em primeiro lugar, o Systemic Coder dispensa a digitação de extensas cadeias de dados que devem ser processados por uma sequência de programas até

que seja obtido o resultado final. Em segundo lugar, o Varbrul foi desenvolvido para pesquisas sociolinguísticas variacionistas. Assim, os trabalhos que utilizam esse pacote de programas apenas para codificação de dados têm de utilizar toda uma terminologia variacionista alheia ao trabalho (como variáveis dependentes, variáveis independentes, peso relativo), que acaba sendo descartada depois. O Systemic Coder, por sua vez, parte do pressuposto de que os elementos linguísticos estão linearmente colocados.

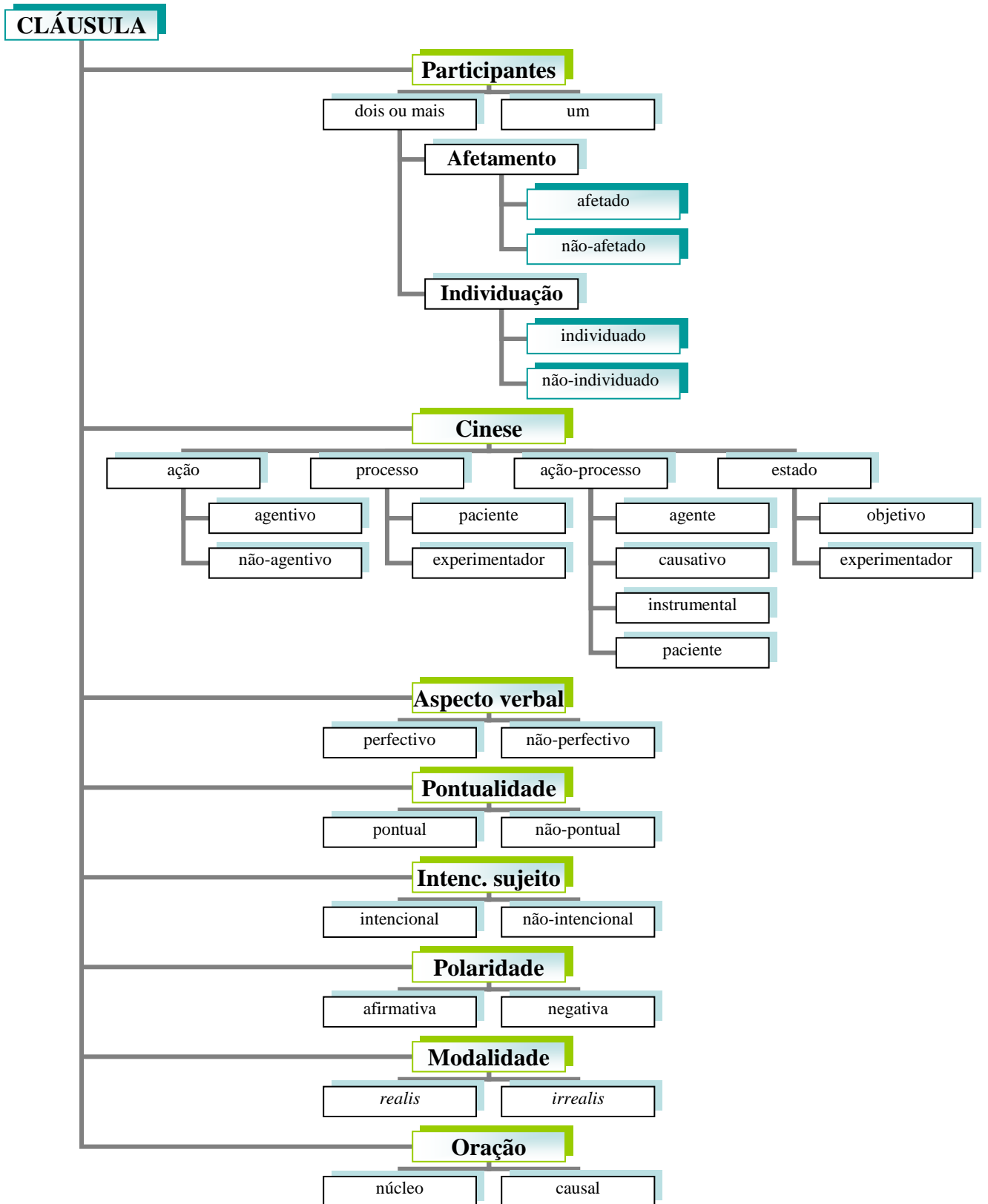
Para a codificação dos dados, foram utilizados dois esquemas, sendo um para a análise da transitividade, representado no ESQUEMA 01, e o outro, no ESQUEMA 02, para a análise de aspectos oracionais como o relevo discursivo, a posição, estatuto informacional entre outros. Nos esquemas sistêmicos criados para a análise dos dados deste trabalho, o sistema e o subsistema serão apresentados individualmente na sequência, lembrando que a seleção de cada sistema e subsistema não é realizada pelo programa, mas pelo autor do trabalho. O sistema, portanto, foi criado, exclusivamente, para tal análise.

Para a codificação dos 10 parâmetros sintático-semânticos na oração, organizou-se o esquema 01, de forma que as categorias da alta e da baixa transitividade pudessem ser subdivididas. Para tanto, a partir da cláusula, o programa apresenta as seguintes categorias: participantes, cinese, aspecto verbal, pontualidade verbal, intencionalidade do sujeito, polaridade da oração, modalidade da oração, e tipo de oração. Ao selecionar a categoria participantes, o programa indica os subsistemas *um participante* e *dois ou mais participantes*. Caso este último seja selecionado (dois ou mais participantes), o programa indica outros subsistemas, *o afetamento do objeto* e *a individuação do objeto*. Esses últimos também indicam seus traços. O *afetamento do objeto* é subdividido em *objeto afetado* e *objeto não-afetado*, e a *individuação do objeto* é subdividida em *objeto individuado* e *objeto não-individado*. Para a categoria cinese, o programa indica os subsistemas verbo de *ação*, *processo*, *ação-processo* e *estado*. Selecionada a tipologia verbal *ação*, os próximos subsistemas são *agentividade do sujeito* ou *não-agentividade*. Para a tipologia *processo*, o programa indica os subtipos *paciente* e *experimentador* para os pacientes da oração. No caso da tipologia *ação-processo*, são indicados quatro tipos de pacientes: *agente*, *causativo*, *instrumental* e *paciente*, e para a tipologia *estado*, indicam-se os subtipos *objetivo* e *experimentador*. Apesar de selecionarem-se os subtipos para os sujeitos pacientes nas tipologias de não-ação (*processo*, *ação-*

processo e estado), em todos os casos, eles funcionaram como sujeitos não-agentivos na escala da transitividade. Esses subtipos de pacientes não influenciaram no grau de transitividade, e somente foram codificados para uma eventual análise de predominância da tipologia verbal. Para a categoria aspecto verbal, o programa indica os traços *perfectivo* e *não-perfectivo*. A categoria pontualidade do verbo aponta para os subsistemas *pontual* e *não-pontual*, e a categoria intencionalidade do sujeito, os subsistemas *intencional* e *não-intencional*. Selecionando-se a polaridade da oração, o programa vai para os subsistemas *afirmativa* e *negativa*, e ao selecionar-se a modalidade da oração, ele joga para as opções *realis* e *irrealis*. Por último, acrescentou-se ao esquema o tipo de oração, subdividido em *núcleo* e *causal*, com o intuito de posteriormente cruzar os dados e contabilizar os traços assinalados em cada tipo de oração.



## ESQUEMA 01: Parâmetros da transitividade



**Obs.** O parâmetro agentividade do sujeito só pode ser marcado se o verbo selecionado for de ação.

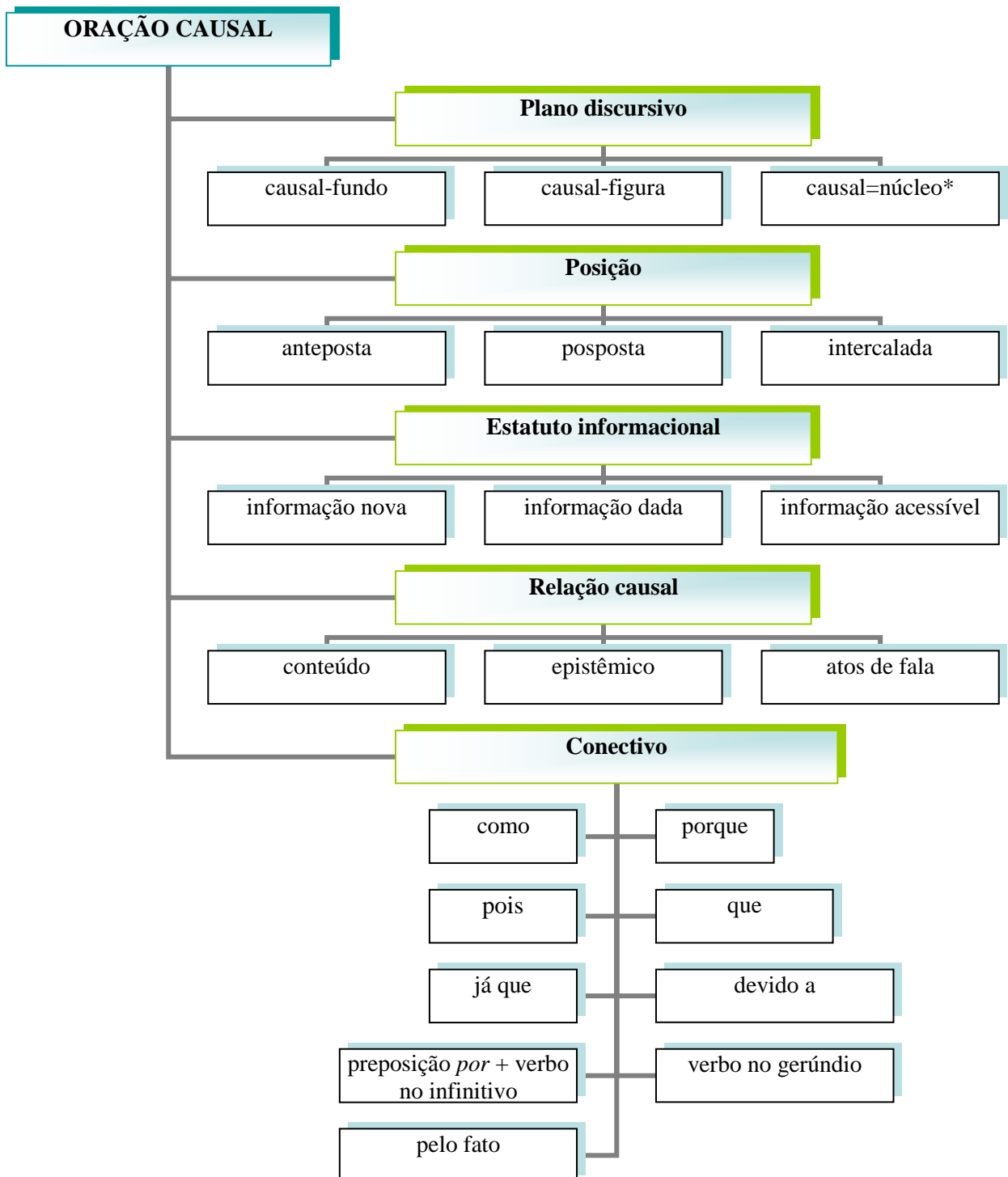
Após a codificação desses dados nas orações, para se verificar o grau de transitividade, os parâmetros foram contabilizados em cada uma delas, tanto nas orações-núcleo quanto nas causais. Feito isso, os planos discursivos (figura e fundo) puderam ser identificados nas orações em combinação. Considerou-se fundo a oração que obteve menos parâmetros marcados positivamente<sup>4</sup>, e figura a oração com mais parâmetros marcados positivamente. Identificaram-se, nessa contagem, orações causais com o mesmo número de parâmetros positivos das orações-núcleo. Essas combinações foram indicadas como *núcleo=causal*. As orações causais com menor número de parâmetros positivos do que as suas orações-núcleo foram caracterizadas como *causal-fundo* e as orações causais com maior número de parâmetros positivos foram caracterizadas como *causal-figura*. Feito esse exame, realizou-se uma segunda codificação com o auxílio do esquema 02, que contribuiu para a verificação de fatores relacionados às orações, como os planos discursivos, posição, estatuto informacional, subtipo causal e conectivos causais.

A partir da categoria plano discursivo, o programa passa para o subsistema *causal-fundo*, *causal-figura*, *núcleo=causal*. Para a categoria posição, acrescentam-se os subsistemas *oração-anteposta*, *oração-posposta* e *oração intercalada*. Ao estatuto informacional, acrescentam-se as opções *informação nova*, *informação dada* e *informação acessível*. Quanto à categoria subtipo causal, o programa indica os domínios de *conteúdo*, *epistêmico* e *atos de fala*. Por último, selecionam-se os conectivos em *como*, *porque*, *pois*, *já que*, *que*, *devido a*, *a preposição por + verbo no infinitivo*, *verbo no gerúndio* e *pelo fato*.

---

<sup>4</sup> O conceito parâmetros marcados positivamente se refere aos parâmetros pertencentes à escala da alta transitividade.

## ESQUEMA 02: Fatores estruturais e pragmáticos da oração



\* Obs.: Orações causais com o mesmo número de parâmetros positivos das orações-núcleo.

Os conectivos foram acrescentados ao esquema conforme apareceram no *corpus*.

Durante a codificação dos dados, observaram-se algumas questões recorrentes pelas quais se optou por adotar alguns critérios e procedimentos para a análise dos parâmetros da transitividade:

1) consideraram-se os objetos anafóricos como, por exemplo, os pronomes *eles*, *elas*, levando em conta todos os traços da transitividade a eles relacionados, e os participantes elípticos na oração, mas que foram anteriormente citados, ou seja, foram retomados. Para essa investigação, recorreu-se ao texto do qual foram retiradas as orações.

2) o afetamento de objetos participantes de evento *irrealis* (eventos não concretizados) não foi marcado;

- verbos modalizadores como o verbo *ter*, *poder*, *dever*, *precisar* como forma de pedir ou ordenar interferem na intencionalidade do sujeito, não podendo ser marcada, como no exemplo:

*.. só que você tem que descrever no/ com o verbo no.: passa:do tá?*

- o afetamento de objetos em eventos negativos não foram marcados, como em:

*.. porque esse relatório nosso não tem o item discussão.*

Nesse caso, sintaticamente o objeto existe, mas semanticamente o objeto não existe, ou seja, não há possibilidade de transferência.

Após a codificação dos dados, o programa apresentou os resultados estatísticos da pesquisa. Esses resultados serão apresentados e discutidos com exemplos do *corpus* no capítulo de análise dos dados. Os textos do *corpus* dos quais se retiraram as orações foram numerados para facilitar a identificação dos exemplos. Na análise dos dados, os exemplos foram identificados com a letra "A", quando retirados das transcrições de aulas e "AT" quando retirados das apresentações de trabalho. Tanto as aulas como as apresentações de trabalho são consideradas elocuições formais, no entanto, optou-se por diferenciá-los porque as aulas são ministradas por professores, enquanto as apresentações de trabalho são realizadas por alunos, o que facilita também a identificação do contexto dos exemplos. Os dados são apresentados por meio de quadros quantitativos e,

posteriormente, são qualitativamente analisados e comentados com exemplos retirados do *corpus*.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados encontrados na análise das combinações oracionais hipotáticas causais. Primeiramente, analisam-se os resultados obtidos na aplicação dos parâmetros da transitividade nas orações adverbiais e nas orações-núcleo. Posteriormente, comenta-se a relação existente entre as orações causais denominadas fundos e o seu estatuto informacional, bem como a vinculação entre os planos discursivos e a relação de causa existente entre as orações.

#### 3.1 A TRANSITIVIDADE E OS PLANOS DISCURSIVOS NAS ORAÇÕES ADVERBIAIS CAUSAIS E SEUS NÚCLEOS

Como já foi dito, conforme aponta Dik (1997), autores têm sugerido que as diferenças entre orações principais e subordinadas podem ser caracterizadas em termos de informação de primeiro plano (figura) e informação de segundo plano (fundo), ou informação asseverada *versus* informação pressuposta, o que significa que uma construção se correlacionaria com uma diferença na função pragmática.

No tocante aos planos discursivos, segundo a transitividade, os resultados da pesquisa demonstram que predominam as orações-núcleo funcionando em primeiro plano (figura) e as adverbiais causais em segundo plano (fundo) nas elocuições formais, conforme a hipótese inicial do trabalho. Sabe-se que os planos de figura, conforme os parâmetros da transitividade, são aqueles altamente transitivos, que possuem um alto grau de transitividade, enquanto os planos de fundo são os menos transitivos, com baixa transitividade (cf.item.1.3).

Conforme o quadro 02, das 127 combinações oracionais analisadas, 62,2% apresentam maior transitividade na oração-núcleo, enquanto apenas 20,5% delas

apresentam maior transitividade na oração causal. Em 17,3% das combinações, oração-núcleo e oração causal se assemelham na quantidade de parâmetros.

**Quadro 02:** Planos discursivos entre as combinações oracionais causais

TIPO DE ORAÇÃO	FIGURA		FUNDO	
	%	N	%	N
Oração-núcleo	62,2%	79	20,5%	26
Oração Adv. Causal	20,5%	26	62,2%	79
Obs. Em 17,3% ou 22 orações se igualaram no número de parâmetros da transitividade				

Por meio dos exemplos 1 e 2, pode-se ilustrar o funcionamento dos planos discursivos nas combinações:

- (01) .. *isso .. falam checapi,*  
 .. **porque o tche só ocorre diante de i.** (AT5)
- (02) .. *quando você .. aperta lá,*  
 .. *libera o líquido na forma de .. espuma,*  
 .. **porque tem princípio ativo .. tá?** (A2)

Ao analisar a transitividade das combinações acima, verificou-se que as orações causais possuem, em menor grau, a quantidade de parâmetros positivos, isto é, servem de *fundo* para as orações-núcleo, que são mais transitivas.

No exemplo (01), a oração adverbial, apesar de ser tradicionalmente considerada explicativa, para o funcionalismo, existe uma dependência entre as orações. O exemplo trata de uma apresentação de trabalho sobre empréstimos lingüísticos, em que o falante explica a pronúncia das palavras em português. A oração-núcleo apresenta 07 parâmetros da transitividade marcados positivamente: participantes, sendo 02 (*as pessoas* - objeto anafórico<sup>5</sup>, *checapi*- objeto efetuado); verbo de ação (falar); pontualidade do verbo (pontual); intencionalidade do sujeito

<sup>5</sup> Para Cunha & Souza (2001, p.48), os objetos anafóricos são os objetos contextualmente recuperáveis.

(intencional); agentividade do sujeito (agentivo); polaridade da oração (afirmativa); modalidade da oração (realis - modo indicativo); afetamento do objeto (objeto efetuado<sup>6</sup>). Na oração adverbial causal, apenas a modalidade da oração e a polaridade da oração são marcadas positivamente.

Foram codificados, nas orações do exemplo (02), 03 parâmetros marcados positivamente para a oração núcleo e 02 para a oração causal. Os parâmetros comuns são a modalidade da oração e a polaridade da oração, e a diferença está na pontualidade do verbo que foi marcada positivamente na oração-núcleo.

Verificou-se que as orações causais codificam menos parâmetros positivos do que as orações-núcleo, portanto, as circunstâncias pragmáticas que coordenam os eventos fazem que as orações-núcleo fiquem em primeiro plano, como sendo as mais relevantes. Os exemplos demonstram que as orações causais acrescentam informações novas, realçando, explicando ou complementando o conteúdo da oração-núcleo. Isso confirma o que Decat (2001) expõe ao tratar do papel funcional-discursivo da hipotaxe adverbial. A autora discute se uma oração adverbial está constituindo realce, especificando, emoldurando a informação dada em outra porção de discurso pelo acréscimo de informações circunstanciais, ou, por outro lado, se ela tem funções de conexão discursiva. Além dos exemplos verificados, a ideia de se acrescentar informação adverbial é confirmada pela análise realizada sobre o estatuto informacional das orações causais (cf.item 3.3).

No exemplo (01), a causal .. **porque o tche só ocorre diante de i** explica o que acontece na palavra inglesa *check up* pronunciada por brasileiros, ou seja, a informação geral contida na oração-núcleo é de que falam *checapi*, e essa informação por si só estaria com o sentido completo, no entanto, trata-se da exposição do conteúdo de uma apresentação de trabalho em que a explicação ou a informação a mais, que vem na causal, torna-se imprescindível.

Verificou-se, no exemplo 02, a necessidade de se realçar a informação dada na oração-núcleo. Em uma aula do curso de farmácia, o professor explica a reação química do produto. Dessa maneira, a oração causal ..*porque tem principio ativo* .. tá? oferece uma informação nova e a mais sobre aquela noção geral existente na

---

<sup>6</sup> Cunha & Souza (2001,p.45) dizem que o objeto direto de um verbo de enunciação como *falar* é criado pela ação do verbo e não transformado, como acontece com os outros verbos de ação. Hopper (1985 apud CUNHA & SOUZA) chama esse caso de objeto efetuado, para distingui-lo do objeto afetado.



oração-núcleo. Percebe-se que, em todos os eventos, a oração causal atribui uma característica ao conteúdo de seu núcleo.

As orações-núcleo funcionam como figura, portanto, por tratarem de eventos ou ações concretamente realizadas, confirmando o papel de transferência da transitividade.

Esses dados confirmam o exposto por Neves (1999), quando diz existir uma definição para a construção causal de que é a que ressalta o fato de o segmento que expressa a causa ser uma *pressuposição*, e, portanto, constituir o *fundo*, e a parte causada ser dominante ou a *figura*.

Dentre os tipos de articulação por hipotaxe, Decat (2001) também destaca o que Halliday (1985) chamou de *realce*, *destaque*, *embelezamento*. Dessa forma, as orações se combinam para modificar ou expandir uma informação contida em outra cláusula ou porção do discurso, manifestada pelas relações circunstanciais, expostas pelas cláusulas adverbiais. De acordo com o sistema de relações lógico-semânticas (cf.item 1.5), pode-se dizer que as orações-núcleo analisadas foram expandidas pelas orações causais por meio do processo de encarecimento.

Contudo, observou-se um valor significativo no que diz respeito às combinações em que a oração-núcleo não funcionou como *figura*. Como visto, 62,2% funcionaram como figura, mas 20,5% funcionaram como *fundo* e 17,3% apresentaram o mesmo valor na oração-núcleo e na causal, ou seja, 37,8% das orações causais não funcionaram como *fundo*. Conforme se verá adiante (cf.p.76), circunstâncias pragmáticas do discurso influenciaram esses resultados. No caso das aulas, no momento em que o professor se referia ao conteúdo estudado, as orações se manifestaram de uma forma diferente de quando esse professor se referia a uma justificativa sobre o que havia pedido, por exemplo.

Além disso, as combinações em que as orações causais funcionam como figura, ou seja, em que têm um maior grau de transitividade do que os seus núcleos, justificam-se pelos eventos não realizados nas orações-núcleo. Em 73% dessas combinações, as orações-núcleo são negativas ou são *irrealis*. Como o evento não acontece, vários parâmetros da transitividade deixam de ser marcados positivamente. Seguem alguns exemplos:

- (03) .. eu não posso chamar de x. .. por quê? .. porque eu mudei a variável x do problema, (A3)

- (04) .. então preste atenção.. né, .. porque eu percebi assim .. que algumas pessoas tiveram **MAIS** a preocupação de mudar as letras do que eu fiz aqui, .. do que em aprender o método .. né. (A3)

Conforme os exemplos acima, a baixa transitividade das orações-núcleo ocorre por estarem os estados-de-coisas em uma condição não-real, deixando de marcar ou o parâmetro positivo da polaridade ou o da modalidade. O exemplo (03) foi retirado de uma aula de matemática, em que o professor explica a mudança de variável de um problema. O evento *chamar de x...* no exemplo não ocorre, pois segundo o professor, a *variável "x"* foi trocada, explicação que aparece na oração causal, portanto, a polaridade da oração-núcleo é negativa, enquanto na causal existe a afirmação de uma ação real, *eu mudei a variável x do problema*.

No exemplo (04), retirado da mesma aula de matemática do exemplo 03, existe uma ordem na oração-núcleo que pode ou não ser respeitada, portanto, o ato de "prestar atenção" expresso tanto pode acontecer como não. Em ambos os casos, há uma referência sobre o assunto, mas não a sua prática efetiva.

Nota-se que, em casos em que a oração causal funciona como *figura*, mesmo que a oração seja positiva ou *realis*, existe uma marcação de irrealidade ou de evento hipotético na oração-núcleo (destacada em negrito), como nos exemplos:

- (05) .. e considerando que neste trabalho analisamos apenas **DUAS** .. das muitas que existem em todo território nacional, .. vemos que a proposição da existência de um português homogêneo .. **é cada vez menos possível**, (AT6)
- (06) ..ah:: **então o objetivo/o que a gente quer mostrar** com o nosso trabalho .. é que essas variações que acontecem éh:: na/nas regiões nordeste e sul, .. ah:: elas são tão vivas e tão presentes, ..ah::... que **isso serve ah:: pra desmistificar** a ideia dah:: dah:: da homogeneidade do português tá, .. porque tem alguns linguistas que pregam que/que existe a homogeneidade do português, .. um português igual pra todo o .. território nacional, (AT6)

Nos exemplos acima, verifica-se que as orações-núcleo que ficaram em segundo plano de alguma forma expressam ideias de eventos possíveis, esperados, com alguns ideais, como no caso (06), ou, ainda, de alguns não tão esperados, como no exemplo (05), mas em nenhuma delas existe uma ação concreta, realizada.

Nos exemplos retirados de uma aula do curso de Letras, o aluno apresenta o seu trabalho concernente à variação dialetal regional na música. Para isso, escolhe as regiões sul e nordeste do Brasil, nas quais as variações são acentuadas.

Portanto, essas orações-núcleo, apesar de aparecerem em uma baixa proporção, são tidas como *fundo* por deixarem de marcar parâmetros da alta transitividade em consequência da ideia de não concretude do evento.

Observa-se que, para que haja a transitividade e, enfim, a realização de um evento, vários aspectos são considerados na oração. Nesse sentido, os parâmetros sintático-semânticos postulados por Hopper & Thompson (1980) permitem que verifiquemos o grau de transitividade da oração. Para examinar melhor o funcionamento dos parâmetros, realizou-se uma análise com orações do *corpus* e uma explanação dos parâmetros e as relações existentes entre eles.

### 3.2 OS PARÂMETROS DA TRANSITIVIDADE NAS ORAÇÕES

De forma geral, pode-se dizer pela análise dos dados que as orações adverbiais causais, ao funcionarem como uma informação complementar, serviram de *fundo* no sentido de realçar, esclarecendo e reforçando a proeminência discursiva da oração-núcleo, e no sentido de justificar o tema enunciado na oração-núcleo, tida como *figura*.

Para a codificação dos dados e a constatação desses resultados, foram aplicados os dez parâmetros sintático-semânticos postulados por Hopper & Thompson (1980) para verificar qual das orações em relação é tida como *fundo* nas combinações analisadas.

No quadro a seguir, apresentam-se os resultados da aplicação dos traços da transitividade nas orações-núcleo e nas adverbiais causais. Por meio dos dados quantificados, com relação aos parâmetros positivos e negativos, observa-se que o gênero estudado, elocução formal, em geral, possui baixa transitividade. Acredita-se que isso aconteça pela escolha que faz dos verbos de não-ação e os seus traços semânticos, como o aspecto verbal, pontualidade, além da agentividade e intencionalidade do sujeito marcados negativamente. Isso reforça a ideia de que os traços estão estritamente ligados e são dependentes uns dos outros. Os traços

aspecto verbal e pontualidade do verbo, conforme o quadro abaixo, tiveram uma alta frequência marcada negativamente. Por meio desses resultados, pôde-se notar a não-dinamicidade do gênero e do tipo de combinação oracional, nos quais prevaleceram os verbos sem focalização temporal, o contrário de uma narrativa com sucessivos eventos.

A primeira coluna refere-se aos traços encontrados nas orações-núcleo e a segunda coluna, aos traços das orações adverbiais causais.

**Quadro 03:** Valores da transitividade para as orações-núcleo e as orações causais

PARÂMETROS	OR. NÚCLEO		OR. CAUSAL	
	%	N	%	N
<b>PARTICIPANTES</b>				
dois ou mais	57,4%	74	22,3%	29
um	42,6%	55	77,7%	101
<b>AFETAMENTO DO OBJETO</b>				
afetado	10,9%	14	4,6%	6
não-afetado	46,5%	60	17,7%	23
<b>INDIVIDUAÇÃO DO OBJETO</b>				
individuado	3,1%	4	1,5%	2
não-individuado	54,3%	70	20,8%	27
<b>CINESE</b>				
Ação	57,4%	74	25,4%	33
Processo	6,2%	8	7,7%	10
ação-processo	0,8%	1	0,0%	0
Estado	35,7%	46	66,9%	87
<b>AGENTIVIDADE DO SUJEITO</b>				
Agentivo	24,0%	31	6,9%	9
não-agentivo	33,3%	43	18,5%	24
<b>ASPECTO VERBAL</b>				
perfectivo	12,4%	16	12,0%	15
não-perfectivo	87,6%	113	88,0%	115

<b>PONTUALIDADE DO VERBO</b>				
pontual	19,4%	25	6,9%	9
não-pontual	80,6%	104	93,1%	121
<b>INTENCIONALIDADE DO SUJEITO</b>				
intencional	34,9%	45	16,2%	21
não-intencional	65,1%	84	83,8%	109
<b>POLARIDADE DA ORAÇÃO</b>				
Afirmativa	87,6%	113	79,2%	103
Negativa	12,4%	16	20,8%	27
<b>MODALIDADE DA ORAÇÃO</b>				
Realis	71,3%	92	77,7%	101
Irrealis	28,7%	37	22,3%	29
Obs. Para os verbos de não-ação, a agentividade do sujeito não foi marcada.				

Em um balanço geral de todo o *corpus*, os dados revelam que há a predominância de ocorrências de traços da baixa transitividade. Mesmo levando em consideração a grande quantidade de ocorrências de traços marcados positivamente, os da *polaridade* e *modalidade* da oração - somados em 409 em contraste com as ocorrências de parâmetros negativos, somados em 109 - observa-se uma diferença de 645 ocorrências a mais da baixa transitividade. Acredita-se que isso se deve à natureza do gênero em estudo, ao selecionar, por exemplo, verbos estativos e durativos com perfectividade e pontualidade negativas, traços estes, como visto, com maiores frequências de ocorrências no gênero.

No Brasil, estudos da transitividade sob essa ótica norte-americana (SILVEIRA, 1990; CUNHA et al, 2003; CUNHA & SOUZA, 2007) têm demonstrado grande contribuição em estudos narrativos. Aplicam-se os parâmetros e obtêm-se os planos discursivos *figura* e *fundo*. Presume-se que, nesse gênero, seja comum haver o relato de uma história com personagens agindo em um determinado local e época. Portanto, é comum encontrarem-se ações efetivas em tal gênero e conseqüentemente orações altamente transitivas, ou seja, orações de *figura* sobrepostas às porções de *fundo*.

No entanto, como visto, Cunha et al (2003) testam a possibilidade de aplicação dos parâmetros da transitividade a outros gêneros textuais não narrativos. Mostram que um gênero textual pode servir de fundo a outro gênero ou um trecho narrativo pode servir de fundo em um trecho maior não narrativo.

Desse modo, comparou-se a frequência geral dos parâmetros nas orações causais e nas orações-núcleo em elocuições formais e verificou-se um maior índice de ocorrências de parâmetros positivos nas orações-núcleo, com 488 versus 328 nas adverbiais causais. Quanto aos parâmetros negativos, houve 692 ocorrências de parâmetros negativos nas orações-núcleo e 770 nas adverbiais causais. A frequência de traços negativos nas orações-núcleo se justifica, em grande parte, conforme o quadro, pelos traços aspecto verbal e pontualidade verbal, comuns em tal gênero textual.

Segundo Cunha & Souza (2007), cada um desses componentes envolve uma faceta diferente da eficácia ou da intensidade com que a ação é transferida de um participante a outro. No sentido de explanar os parâmetros sintático-semânticos, será apresentada, com exemplos do *corpus*, uma exemplificação do funcionamento de cada um deles em situações reais de fala do *corpus*.

### 3.2.1 Número de Participantes

Quanto ao parâmetro *participantes* (número de participantes no evento), verifica-se a sua alta frequência nas orações-núcleo, com 57,4% dos parâmetros marcados positivamente versus os 42,6% de frequência de parâmetros negativos. Com referência às orações causais, a frequência de orações com marcação positiva foi de 23,3% e a frequência de orações com marcação negativa foi de 77,7%. Vale ressaltar a relevância de se marcar ou não esse traço, que dele dependem outros dois traços: afetamento do objeto e individuação do objeto, aumentando o grau da transitividade, quando presentes. Sabe-se que, na gramática tradicional, para que um verbo seja transitivo, a presença do objeto é obrigatória. Para Hopper & Thompson (1980), portanto, para que uma oração seja transitiva, o objeto não é uma exigência absoluta, no entanto, possibilita a transferência e aumenta o grau de

transitividade. Seguem os exemplos de orações com os dois participantes oracionais destacados:

- (07) .. *aí* .. **você** vai fazer **todas as contas** que forem possíveis...(A3)
- (08) .. *só mudei os números*. (A1)
- (09) ..*então como nós* escolhemos .. **a região do litoral carioca .. e do nordeste**. (AT4)

Nos casos acima, existem os sujeitos e os objetos, ou seja, mais de um participante em cada oração. No entanto, apesar de o número de participantes contribuir para o alto grau de transitividade nas orações, não significa que tenha ocorrido a transferência de um participante a outro. Na oração (07), por exemplo, que faz parte de uma aula de matemática em um curso de engenharia, a modalidade marcada negativamente (evento hipotético, tempo futuro) não permitiu a construção do objeto “**todas as contas**” pelo sujeito “**você**”. Assim, percebe-se a dependência existente entre os traços da transitividade.

O contrário pode acontecer com orações que possuem apenas um participante, como a seguir, em destaque:

- (10) *já abaixou* **aquela ansiedade do primeiro experimento**.. né. (A1)

Tradicionalmente, essa oração seria considerada intransitiva, mas, sob a perspectiva funcionalista norte-americana, ela pode assinalar traços da alta transitividade. No contexto do exemplo, o professor orienta os alunos para que cheguem no horário da próxima aula a fim de irem direto ao experimento que realizarão. Esse evento pode ser realizado por terem os alunos já passado pela experiência do experimento, conforme a afirmação no exemplo (10). Ao analisá-la, percebe-se que existe um evento no mundo real. Isso significa que já foram marcados ao menos dois parâmetros positivos, o da modalidade e o da polaridade. Outro traço identificado foi o aspecto perfectivo. Portanto, apesar de possuir apenas

01 participante (“aquela ansiedade do primeiro experimento”), houve um evento concluído, ou seja, existe transitividade na oração.

Como visto, dependem do parâmetro *participantes* os traços afetamento e individuação do objeto, ou seja, havendo mais de um participante na oração, este pode ser, de alguma forma, afetado ou não, individuado ou não-individado.

### 3.2.2 Afetamento e Individuação do objeto

Havendo mais de um participante na oração, analisam-se a sua individuação e o seu afetamento. Os resultados demonstram que, dos 79,7% de ocorrências em orações causais e núcleos com mais de um participante, apenas 15,5% dos objetos são afetados e apenas 4,6% são individuados. Para Hopper & Thompson (1980), o grau em que uma ação é transferida para um paciente é uma função de quão completamente esse paciente é afetado. No exemplo (08), o objeto **“os números”** não foi simplesmente afetado, mas construído no momento da elaboração de uma suposta equação matemática. No exemplo (09), o objeto **“.. a região do litoral carioca .. e do nordeste”** não sofreu qualquer mudança em seu estado físico. Quanto à individuação do objeto, além das propriedades relativas ao paciente e ao fundo em que ele se encontra, os autores alegam que o paciente deve ser distinto do agente. No exemplo (07), citado acima, não se pode dizer que “todas as contas” é um objeto individuado, pois, apesar de ser o paciente diferente do sujeito agente, é um objeto comum, inanimado, plural e incontável. Segue o exemplo de um objeto considerado individuado:

(11) .. porque tem que ver **o texto** primeiro da prática que vocês já viram, (A1)

Nesse caso, o professor orienta sobre um relatório que os alunos deverão realizar. Para tanto, deverão ler o texto sugerido, conforme o exemplo. O objeto da oração, “o texto”, além de ser concreto, singular, contável e definido, é distinto do sujeito do evento.



### 3.2.3 Cinese

Outro dado relevante apresentado na análise com uma considerável disparidade entre os tipos de oração foi com relação à tipologia verbal. Como visto, foram identificados 57,4% de verbos de ação e 35,7% de verbos estativos nas orações-núcleo, e, nas orações causais, foram identificados 25,4% de verbos de ação e 66,9% de verbos de estado. Esses valores reforçam o baixo grau de transitividade nas orações causais, pois, além da não-cinese do verbo, outros traços, como a agentividade do sujeito, a intencionalidade do sujeito, o afetamento e individuação do objeto e pontualidade verbal, muitas vezes, deixam de ser marcados em função da tipologia verbal. Desse modo, o falante, ao selecionar verbos de ação, está propondo uma maior visualização mental do evento para o seu interlocutor, isto é, o relevo discursivo é exposto de forma mais aparente. A diferença entre os dois tipos verbais pode ser observada nos seguintes exemplos com os verbos em destaque:

(12) .. a gente **embute** aí um resultado, (A1)

(13) .. porque ele **ia ficar** .. CONVENCIDO .. né:: (A3)

O exemplo (12) se refere a um relatório solicitado aos alunos que não tem o item discussão para explicar os resultados do trabalho, portanto, o professor sugere que, inicialmente, apenas apresentem o resultado. No exemplo (13), o professor comenta a escrita de um aluno em uma avaliação, alega que não queria falar para o aluno não ficar convencido. No evento do exemplo (12), além de haver um verbo de ação, este ainda possibilita a agentividade e a intencionalidade do sujeito da oração, além de outros traços marcados positivamente. Os verbos de ação geralmente aparentam selecionar, mais do que os verbos de estado, dois participantes para um evento, conforme no exemplo (12), em que existe um sujeito “a gente” que age sobre ou constrói um paciente “um resultado”. Os verbos de estado, ao contrário, não se relacionam com o seu complemento da mesma forma que os verbos de ação, ou seja, enquanto em (12) é possível a visualização do evento, ou de uma

passagem de um participante para o outro, no exemplo (13), o complemento oracional não é concreto, é um atributo do sujeito, um estado interno do sujeito. Dessa forma, considerando a análise semântica da oração, não há como visualizar qualquer transferência. Semelhantemente, alguns verbos como “ter”, segundo Cunha & Souza (2007), ocorrem em arranjos sintáticos nitidamente transitivos, como em “ela tinha o cabelo lindo.” No entanto, não existe uma transferência. Acredita-se que o número de participantes e a tipologia verbal sejam marcados negativamente nas orações causais por sua natureza explicativa, que, para tanto, necessita selecionar alguns tipos de verbos estativos.

### 3.2.4 Agentividade do sujeito

Quanto à agentividade do sujeito, pode-se observar, no exemplo a seguir, como os participantes que têm agentividade alta podem efetuar transferência:

(14) .. e aqui **eu coloquei** dispersões coloidais. (A2)

No evento, o sujeito “eu” pratica uma ação que exige um deslocamento tanto da pessoa que age quanto do objeto afetado. O objeto “dispersões coloidais” é um componente químico utilizado em uma aula do curso de farmácia, portanto, é um objeto concreto. Assim, a interpretação que se tem nessa oração é de um evento com consequências perceptíveis. No *corpus* examinado, dos 57,4% de verbos de ação encontrados nas orações-núcleo, são agentivos 24,0% dos sujeitos, enquanto nas orações causais apenas 6,9% dos 25,4% de verbos de ação são agentivos.

### 3.2.5 Aspecto verbal

Neves (1999), em estudo sobre as orações causais, verificou sobre o aspecto verbal que, dentre os tipos de predicação com relações causais, combinações que

envolvem orações estativas são a maioria, predicções estas marcadas pela ausência de telicidade em 86,0% das ocorrências. Percebe-se, pelos dados, a relação existente entre a tipologia verbal e os parâmetros que indicam duração. As predicções de estado analisadas por Neves (1999) estão em 38,0% das orações-núcleo e em 53% das orações causais. Verificou ainda que as predicções de estado estão em cerca de 70% das construções causais examinadas. Esses dados estão de acordo e reforçam os resultados encontrados no presente estudo.

Com relação ao aspecto verbal, este trabalho também revela uma maior frequência de orações imperfectivas em 88% das causais e em 87,6% das orações-núcleo. Segundo Hopper & Thompson (1980), uma ação télica é mais eficazmente transferida para um participante do que uma ação que não tenha término. Os exemplos a seguir mostram a diferença entre os aspectos perfectivo e imperfectivo:

(15) .. *ah eu **COPIEI** DO OUTRO.* (A1)

(16) .. *porque.. né .. acento **é** uma coisa que desconhe::ce.. né* (A3)

No exemplo (15), existe uma ação télica, perfectiva, quando o professor repete a fala do aluno que copiou o trabalho do outro, refazendo e melhorando o seu, enquanto no exemplo (16) percebe-se certa atemporalidade. Nesse caso, o professor comenta os erros ortográficos corrigidos por ele no trabalho. Acredita-se que o aspecto imperfectivo dos verbos encontrado no *corpus* se justifica pela natureza durativa ou permanente com função de, geralmente, caracterizar algo, como no exemplo (16). Na análise de Neves (1999), também há uma grande frequência desse tipo de verbo no tempo presente do indicativo.

### 3.2.6 Pontualidade verbal

A pontualidade do verbo é outro aspecto que se acredita depender, em parte, da tipologia verbal, pois os verbos estativos geralmente têm, em sua natureza, a durabilidade. Isso não significa que os verbos de ação não possam ser durativos, ou

seja, verbos de ação como carregar e discorrer tem em seu lexema um valor durativo. Segundo Hopper & Thompson (1980), ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim têm um efeito mais marcado sobre os pacientes do que ações que são inerentemente contínuas. Seguem os exemplos com o contraste entre duas orações em que (17) é pontual, pois se trata de um relatório solicitado pelo professor, e (18) é não-pontual.

- (17) .. *ele não refaz.*  
 .. *ele me entrega daquele jeito mesmo .. tá.*  
 .. *eu não sei se:: .. porque ele tem muita coisa pra fazer,*  
 .. *ele **larga** pra lá::... né,*  
 .. *ái ele não se interessa muito por refazer. (A1)*

- (18) .. *língua e variação da fala **são** inseparáveis, (AT4)*

O estudo revela que 19,4% das orações-núcleo e apenas 6,9% das causais são pontuais. Supõe-se que isso aconteça devido à não-dinamicidade do gênero, que favorece a escolha de verbos estativos.

### 3.2.7 Intencionalidade do sujeito

Os exemplos (17) e (18) acima podem ser utilizados para se verificar a intencionalidade do sujeito da ação. Percebe-se que, no exemplo (17), o efeito de largar algo é proposital, o que não acontece no exemplo (18). Os dados analisados demonstram que 34,9% das orações-núcleo e apenas 16,2% das orações causais possuem um sujeito intencional.

Esses dados contribuem para a baixa transitividade das orações adverbiais em questão.

### 3.2.8 Modalidade e Polaridade da oração

Com relação aos parâmetros modalidade e polaridade da oração, esses dizem respeito à realização ou não do evento, o que não significa que uma oração negativa tenha a modalidade também negativa. No caso da modalidade, um evento hipotético ou que é apresentado em um mundo não-real é menos eficaz, segundo Hopper & Thompson (1980), do que uma ação cuja ocorrência corresponde a um evento real. Nas orações-núcleo, foram identificados 87,6% de orações afirmativas e 71,3% de orações *realis* (modalidade positiva). Quanto às orações causais, são afirmativas 79,2% das orações analisadas e 77,7% estão no modo *realis*. O exemplo (19) a seguir é um modelo de oração afirmativa e o exemplo (20) é de oração negativa. Nos exemplos, o professor comenta as atitudes de alguns alunos com relação à prova.

(19) .. *porque ele estudou pela metade .. né*, (A3)

(20) .. *porque .. né .. algumas pesso::as .. não estudaram pra fazer a prova*. (A3)

Os exemplos a seguir servem para explicitação da modalidade:

(21) .. *porque muitos auto::res .. ele::s classificam as soluções coloiDAis como dispersões grosseiras* (A2)

(22) .. *então preste atenção.. né*, (A3)

(23) .. *porque ela pode ser mais de uma vez .. né .. né::* (A3)

Enquanto no exemplo (21) é nítida a realização do evento, nos exemplos (22) e (23), retirados de uma aula de matemática em que o professor comenta os exercícios resolvidos pelos alunos, não se pode dizer o mesmo. Na ocorrência (22), o verbo está no modo imperativo, ou seja, é uma ordem que poderá ou não ser atendida, e, no exemplo (23), existe uma hipótese, possibilidade que também pode não ser verdade.

Por meio da exemplificação dos parâmetros, verifica-se o modo como a transitividade foi analisada para se chegar aos relevos discursivos das orações. Pôde-se constatar, além da dependência existente entre os traços, que os parâmetros indicam o grau de realização de uma ação ou de um evento, ou se o evento é real ou hipotético. Nesse sentido, como forma de construção e organização do discurso, a análise da transitividade nos permite evidenciar as crenças, esperanças, intenções, afirmações sobre o conhecimento do falante e descrições e acontecimentos sobre o que está a sua volta. No caso da elocução formal, pôde-se notar que o falante organiza o seu enunciado conforme o conhecimento que tem acerca de certo conteúdo. Por serem apresentações de trabalhos e aulas, portanto, a transmissão de alguns conhecimentos e os enunciados produzidos nas elocuições formais, geralmente, são afirmações rígidas a respeito de tal conteúdo. Nesse sentido, são utilizados os verbos estativos, como *ser* e *estar*, por exemplo.

### 3.3 O ESTATUTO INFORMACIONAL NAS ORAÇÕES CAUSAIS

O estatuto informacional da oração causal foi, também, fundamental na avaliação, isto é, a função da oração causal, nos casos analisados, por conter uma informação nova, foi a de complementar o sentido do conteúdo escolar ministrado nas aulas e nas apresentações de trabalho (*corpus* desta pesquisa). Pode-se dizer, nesse caso, que o estatuto informacional das adverbiais contribui e reafirma a ideia de realce de suas orações-núcleo, confirmando o que foi constatado no exame das orações causais como *fundo*. Conforme o quadro 04, no *corpus* analisado, das 127 orações causais, 78% delas possuem informação nova e, destas, todas são pospostas.

**Quadro 04:** Estatuto informacional das orações adverbiais causais

ESTATUTO INFORMACIONAL	OR. CAUSAIS	
	%	N
Informação nova	78,7	100
Informação dada	12,6	16
Informação acessível	8,7	11

No exemplo a seguir, a oração causal aparece justamente para apresentar a informação nova. Percebe-se que a informação não fazia parte do conhecimento do interlocutor. O professor explica que a glicerina é um recurso utilizado com as partículas que não têm “boa molhabilidade” com a água.

(24) ... a água molha bem a superfície aí das partículas .. porque **tem afinidade com glicerina**, (A2)

Dessa forma, observa-se que a maioria das ocorrências de orações causais pospostas acontece como forma de apresentar a informação nova, reforçando a ideia de informação que salienta o conteúdo expresso na oração-núcleo.

Esses dados confirmam o exposto por Pezatti (1994) (cf.item 1.3), pois, para ela, as orações do plano de fundo podem estar em qualquer lugar do discurso, contribuem para a montagem do cenário, dão suporte para o desenvolvimento discursivo, possibilitam mudança de tópico e introduzem informação nova, além de indicar situações descritivas/estáticas/imperfectivo.

### 3.4 OS CONECTIVOS NAS ORAÇÕES CAUSAIS

Segundo Neves (2000), as causais com *PORQUE* – que é a conjunção mais usada – são normalmente pospostas, e isso confere a essas orações um valor informacional ligado à informação nova, conforme pode ser observado no exemplo:

(25) .. as partículas vão sedimenta::r .. com uma velocidade maior ou menor, .. **porque** as suspensões vão ficar longo período de tempo em repouso, (A2)

Isso se confirma com os resultados encontrados nesta pesquisa, pois, das 100 orações pospostas com informação nova, 91,0% delas vieram precedidas da conjunção *porque*, conforme o quadro 05 a seguir:

**Quadro 05:** Conectivos das orações causais

CONECTIVOS ORACIONAIS	POSPOSTAS/NOVAS	
	%	N
Porque	91,0	91
Pois	2,0	2
Que	3,0	3
devido a	1,0	1
pôr+infinitivo	2,0	2
pelo fato	1,0	1

Com relação às orações antepostas precedidas do conectivo *porque*, verificou-se uma frequência de 4,0% no *corpus*. Todas as outras orações causais acompanhadas do conectivo *porque* são pospostas. Seguem os exemplos das causais antepostas com o *porque*:

- (26) .. *porque* .. *ele não fez/ ele não ta entendendo* .. *o que significa fazer uma mudança de variável na equação.. né. .. porque se você muda a variável, .. porque a/ o x.. ele tem uma relação .. com o y lá, .. agora aqui .. já é outra relação .. né, ..então não pode no mesmo exercício o x ter uma-um-um significado, .. e-e.. lá no (meio) outro significado completamente diferente., (A3)*
- (27) .. *não é porque* *você está em uma determinada região que você só vai achar aquele tipo de variante, .. e:: ... acho que isso é só. (AT4)*

Segundo Neves (2000, p.808), “os casos de orações causais com *PORQUE* antepostas geralmente são marcados, com a anteposição obtida por extraposição, para focalização.” Nos exemplos acima, o falante procura dar ênfase à oração causal, colocando-a na posição anteposta.

### 3.5 A POSIÇÃO DAS ORAÇÕES CAUSAIS

Com relação à posição das orações causais, os resultados dos dados apontam que 89,8% das orações causais são pospostas e 10,2% são antepostas às orações-núcleo, conforme o quadro:



**Quadro 06:** Posição das orações causais

POSIÇÃO-CAUSAL	OR. CAUSAIS	
	%	N
Anteposta	10,2	13
Posposta	89,8	114

Segue um exemplo de oração causal posposta:

- (28) .. nós chamamos .. esse potencial total aqui .. de potencial zeta. .. alguém já ouviu falar do potencial zeta? [63:48] .. potencial .. eletro-cinético .. zeta, .. **porque as cargas estão sempre movimentando**, (A2)

Por meio do exemplo, observa-se que a oração posposta, ao ocupar essa posição, complementa a informação compartilhada na oração-núcleo.

Acerca da posição, vale ressaltar a relação com o estatuto informacional, pois todas as antepostas possuem informação dada e, das orações pospostas, 87,7% possuem informação nova, 9,6% possuem informação acessível, mas 2,6% possuem informação dada. Seguem os respectivos exemplos (os dois primeiros foram encontrados em apresentações de trabalho a respeito dos dialetos e o terceiro, em uma aula de matemática):

- (29) .. a variação do fonema r e s ele é maior, .. **porque existe um éh:: ..a duração de a duração deles é maior**, (AT4)
- (30) .. e nós consideramos então que deveríamos privilegiar esse dialeto, .. tomando-o objeto de estudo, .. **ahm:: justamente por ele ser desprestigiado e:: estigmatizado**. (AT7)
- (31) ... .. será que tem sentido esse/ essa frase que ele acabou de falar? .. a equação não tem raiz? ... **porque:: .. nos já vimos .. né, .. que a raiz pode ser REAL ou COMPLEXA .. né**, (A3)

Como consta no exemplo (29), a informação existente na oração causal é uma informação complementar adicionada ao conteúdo, portanto, nova. No exemplo (30), a informação é acessível, uma vez que esse conteúdo ainda não havia sido apresentado de forma explícita no texto, podia ser apenas inferido. No exemplo (31),

é possível a identificação de informação dada pela informação *nós já vimos* no meio da causal.

Dessa forma, acontece com os exemplos a seguir em que orações pospostas possuem informação dada. No entanto, como pode ser visto, existe uma justificativa para tais eventualidades. Apesar de estarem pospostas, existe nas ocorrências uma informação no meio da causal de que o conteúdo ali presente é de conhecimento dos falantes, conforme os exemplos:

- (32) .. *eu acho que na questão do do estrangeirismo a gente perderia a nossa identidade cultural, porque **como a gente aprendeu**,  
.. a língua é a característica principal de uma cultura.* (AT5)
- (33) .. *a gente tentou fazer o xerox pra todo mundo,  
.. passar numa ta/transparência né,  
.. MAS não deu certo,  
.. porque **como eu disse** foram textos espontâneos né,* (AT9)

Conforme visto no item 2.1, as orações intercaladas, nas combinações acima, são utilizadas para justificar ou opinar sobre o que foi explicitado nas orações-núcleo. Nos exemplos retirados de aulas e apresentações de trabalho podem ser observados os papéis e a posse dos turnos fixados previamente, como consta no exemplo (32).

As combinações (32) e (33) utilizaram de uma causal conformativa, também intercalada, para reforçar a ideia de informação conhecida ou dada. Os conteúdos causais .. *a língua é a característica principal de uma cultura* e *foram textos espontâneos né* servem também ou se correlacionam com essas conformativas, respectivamente: *como a gente aprendeu* e *como eu disse*. A informação *dada* é percebida como conhecida, principalmente por essas marcações feitas nas orações: *...porque:: .. nós já vimos; como a gente aprendeu; como eu disse*.

Como constatado, aspectos como estatuto informacional e posição estão relacionados. Além disso, segundo Neves (2000, p.816), uma “verificação superficial da relação causa-efeito, ou causa-consequência, pode induzir à preconização de uma motivação icônica que favoreça a anteposição da expressão de causa em relação à consequência”. Nota-se nos últimos exemplos que, diferente de outras orações já analisadas, os conteúdos entre as combinações acima apresentadas não

estão “causalmente” tão relacionados, como relação de causa-consequência, são relações mais frouxas, sem tanto compromisso com o conteúdo da oração-núcleo. Essa ideia de causalidade efetiva ou de uma relação mais frouxa pode ser vista pela análise dos domínios entre as relações existentes nas construções causais.

### 3.6 OS DOMÍNIOS DISCURSIVOS DAS ORAÇÕES CAUSAIS (RELAÇÕES CAUSAIS)

A relação exercida entre as orações, segundo Sweetser (1990), depende de domínios pragmáticos. Seu estudo mostra que as orações complexas de causa figuram em três domínios: *domínio do conteúdo* (orações que expressem causa real); *domínio epistêmico* (geralmente uma premissa com uma conclusão causal enunciadas pelo falante); *domínio dos atos de fala* (a oração principal é um ato de fala – pode ser uma ordem ou uma pergunta, e a hipotática, a causa do ato de fala). Esses domínios se relacionam com o conceito de proximidade e afastamento conceitual. Assim, as orações que figuram no nível do conteúdo se aproximariam conceitualmente e as que figuram no nível do ato de fala se afastariam. O nível epistêmico ficaria em um estágio intermediário entre afastamento e proximidade.

Sobre o *domínio do conteúdo*, Neves (2000) ressalta que é nesse tipo de construção que surge a questão da efetividade da causa. A relação acontece entre estados-de-coisas<sup>7</sup>, no nível da predicação<sup>8</sup>. Por outro lado, as relações causais podem estar marcadas por um conhecimento, julgamento ou crença do falante, isto é, existentes no domínio epistêmico, e acontece entre proposições (fatos possíveis), passando pela avaliação do falante. A terceira subclassificação para as orações está entre enunciados, entre atos de fala. As construções desse subtipo, segundo a autora, são consideradas, na tradição da gramática, dentro da coordenação. Assim sendo, não se articulam simples orações, mas períodos, cada um representando um

---

<sup>7</sup> “Um estado-de-coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental)” (NEVES, 1997, p.84).

<sup>8</sup> “O predicado, que designa propriedades ou relações, se aplica a um certo número de termos que se referem a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação” (NEVES, 1997, p.84).

ato de fala. Segundo Neves (2000), trata-se de uma relação mais frouxa do que uma relação verdadeiramente causal, como motivo, razão, justificativa, próximo de uma explicação.

Conforme o quadro abaixo, 48,0% das combinações analisadas estão no domínio do conteúdo, 36,2% no domínio dos atos de fala, e 15,7% estão no domínio epistêmico.

**Quadro 07:** Subtipos das orações causais – Relações causais

DOMÍNIOS	OR. CAUSAIS	
	%	N
Conteúdo	48,0	61
Ato de fala	36,2	46
Epistêmico	15,7	20

Verificou-se, no *corpus* examinado, que, geralmente, pertencem ao domínio do conteúdo as orações em que os conteúdos entre as adverbiais causais e as suas orações-núcleo têm uma maior proximidade, conforme as ocorrências seguintes:

- (34) .. agora se ele estiver na forma de suspensão, .. ele vai ter que dissolve::r os #dutos# corpora::is, .. e primeiro sair da suspensão, .. porque quanto mais viscosa ela for, .. mais .. le::nto vai ser essa saída, (A2)
- (35) .. então você tem uma área superficial .. be::m .. uma área superficial ou específica ali grande, .. ou seja a energia .. do sistema é muito elevada, .. porque é diretamente proporcional, (A2)
- (36) .. se só tem uma raiz, .. é porque .. a constante da segunda é zero. (A3)
- (37) .. língua e variação da fala são inseparáveis, .. pois uma é dependente da outra. (AT4)

Nos exemplos (34) e (35), em que o professor verifica as reações químicas, no exemplo (36), retirado de uma aula de matemática, e no exemplo (37), pertencente a uma apresentação de trabalho que trata da variação linguística, o conteúdo das causais está diretamente relacionado ao conteúdo das orações-núcleo, ou seja, há, na causal, a explicação do conteúdo em questão.

Ao domínio dos atos de fala pertencem as orações que remetem ao pedido, ordem ou comentário do professor sobre o conteúdo, ou seja, servem para explicar ou justificar o que se disse, por isso, a relação é mais distanciada. As combinações que estão no domínio dos atos de fala demonstram como o professor utiliza a oração adverbial causal para justificar o que pede. Isso pode ser percebido por meio dos exemplos (38), (39) e até mesmo no exemplo (40), em que o professor utiliza o verbo modalizador *pode* para explicar os procedimentos de um experimento, existe uma ordem, ou seja, o experimento deve ser executado de tal forma para que se obtenha o resultado esperado.

- (38) .. *façam uma conferência né, .. pra não colocar o cálculo de forma errada .. tá, ..porque eu só vou fazer .. alguma correção, .. se me chamar a atenção assim, ..se tiver muito fora .. do-do-do né que deveria estar.* (A1)
- (39) .. *então preste atenção.. né, .. porque eu percebi assim .. que algumas pessoas tiveram MAIS a preocupação de mudar as letras do que eu fiz aqui, .. do que em aprender o método .. né.* (A3)
- (40) .. *ele não pode ficar de fora do seu comentário, ... porque é o comportamento do nosso interesse .. não é?* (A1)

As orações manifestadas no domínio epistêmico se dão, geralmente, quando o falante emite uma opinião, conforme as combinações:

- (41) .. *e foi justamente a nossa preocupação ao expor as leis de proje / éh:: os projetos de lei de proibição do do estrangeirismo no Brasil. .. porque eu acho que houve um uma confusão umah:: um engano.* (AT5)
- (42) .. *trabalhem com esse material .. tá? .. que ele não é difícil pra vocês.* (A1)
- (43) .. *aí conversa com o aluno que tá lá no terceiro ano, .. ai eu te empresto .. eu moro junto com aluno, .. ai eu tenho né .. e pega .. e copia. .. também vão cair do cavalo, .. porque .. vocês não têm condições .. nesse momento .. de elaborar.* (A1)

Observam-se nos exemplos as indicações de opinião: *porque eu acho; que ele não é difícil; .. porque .. vocês não têm condições.*

Os resultados dos dados mostram que 48,% das combinações estão no domínio do conteúdo e 36,2% no domínio dos atos de fala. Conforme os exemplos

acima, pertencem ao domínio do conteúdo as combinações em que o assunto da oração-núcleo tem grande relação com o conteúdo da oração causal, ao passo que, no domínio dos atos de fala, essa relação é mais distante, ou seja, o conteúdo da oração causal geralmente está relacionado à opinião do falante. Nos casos vistos, o falante utiliza a oração causal para justificar uma solicitação ou um comentário feito na oração-núcleo.

### 3.7 RELAÇÕES CAUSAIS E PLANOS DISCURSIVOS DAS ORAÇÕES CAUSAIS

Analisando-se os dados separadamente, constatou-se que, do total geral de orações causais examinadas no *corpus*, 62,2% funcionam como fundo, 20,5% funcionam como figura e 17,3% se equivalem no grau de transitividade. Quanto à relação estabelecida nas combinações oracionais, 48,0% pertencem ao domínio do conteúdo, 15,7% estão no domínio epistêmico e 36,2% no domínio dos atos de fala. Portanto, prevalecem as orações causais “fundo” no que tange aos planos discursivos e o “domínio do conteúdo”. A partir desses dados, acredita-se que essas sejam características das orações causais típicas, com relação de causa efetiva.

Nesse sentido, considera-se relevante analisar as combinações que demonstrem a relação estabelecida entre esses fatores. Do prisma dos planos discursivos, o quadro abaixo apresenta os resultados para orações causais em seus domínios discursivos:

**Quadro 08:** Orações causais e suas relações causais

RELAÇÕES CAUSAIS	PLANOS DISCURSIVOS					
	Causal funcionando como fundo		Causal funcionando como figura		*Causal=Núcleo	
	%	N	%	N	%	N
Conteúdo	57,0	45	8,0	2	64,0	14
Epistêmico	19,0	15	4,0	1	18,0	4
Ato de fala	24,0	19	88,0	23	18,0	4

\***Obs.** Orações que se igualaram na quantidade de parâmetros da transitividade

Dos 17,3% de orações que se igualaram no grau de transitividade, 64% delas se encontram no domínio do conteúdo, assim como a maioria das orações causais que funcionam como fundo. Observa-se que, mesmo quando a oração-núcleo se iguala à oração causal no grau de transitividade, a relação de proximidade do assunto se mantém, o que não acontece no domínio dos atos de fala, em que o conteúdo da oração causal serve apenas para justificar o que foi dito na oração-núcleo.

Conforme apontado, no caso das orações causais que constituem o *fundo*, pode-se dizer que estão no domínio do conteúdo por manterem essa relação de causalidade mais próxima com os seus núcleos, podendo, assim, realçar as informações nucleares.

Por outro lado, das que funcionam como figura, 88% estão no domínio dos atos de fala

Vale lembrar, antes de se comentar a relação entre o domínio e o plano discursivo, que a baixa transitividade das orações-núcleo pertencentes ao domínio dos atos de fala ocorreu por estarem os estados-de-coisas em uma condição não-real, deixando de marcar alguns parâmetros oracionais ou mantendo uma situação de evento hipotético. Essa é uma das justificativas para as orações causais que funcionaram como *figura*. Além disso, cabe justificá-las por meio dos domínios discursivos em que ocorreram, ou seja, apresentar o funcionamento da relação em atos de fala.

No caso das causais que constituem a *figura*, existe uma frouxa relação entre os atos de fala. Acredita-se que isso aconteça pela falta de compromisso com os conteúdos informacionais, ou seja, no domínio dos atos de fala, a relação de causa-consequência é tão distanciada que o relevo discursivo também fica descomprometido na relação. Dessa forma, por ser uma relação de causa frouxa, não há tanta ligação entre as informações das orações, a relação se torna indiferente no que diz respeito aos planos discursivos. Isso não significa que não exista um fundo realçando orações no nível dos atos de fala, pelo contrário, os dados revelaram que no domínio dos atos de fala, tanto existe *figura* como existe *fundo*. O que se expõe, portanto, é que, no caso dessas relações, a frouxidão com relação à oração-núcleo é maior, ficando mais expostas, mais maleáveis, o que já não se pode afirmar no caso das orações causais prototípicas.

Verificou-se, nas relações mais frouxas analisadas, que a oração causal serviu para justificar o que foi exposto na oração-núcleo, dessa forma, não sendo uma causa efetiva, lembrando de que, as construções causais, segundo Neves (2000), abrangem não apenas causa real, como também, razão, motivo, justificativa ou explicação, sendo essa uma maneira ampla de considerar a relação causal.

Considerando o objetivo geral proposto por este trabalho, os dados analisados revelam que as orações hipotáticas causais funcionam geralmente como um suporte, um realce, como fundo, portanto, para as orações-núcleo.

Nesse sentido, verifica-se maior dependência e maior relação de causalidade entre as orações, podendo dizer que esse tipo de relação que está no domínio do conteúdo favorece a função “fundo” das causais uma vez que traz uma informação diretamente ligada à oração-núcleo. Ao contrário, acontece em uma relação mais frouxa, como nas combinações que estão no domínio dos atos de fala, em que o conteúdo não é tão dependente. No caso das orações causais que funcionaram como figura, constatou-se a não relação de causa efetiva, a não proximidade das informações, acreditando-se, dessa forma, que o relevo discursivo se torna indiferente. De forma geral, o que se pretende explicitar é que quando existe relação de causa efetiva, é necessário que uma oração seja mais ativa e outra mais estativa. Assim, a oração-causal-fundo, com seus verbos estativos, serve para qualificar, atribuir características novas à oração-núcleo-figura. Isso significa que para uma oração funcionar como figura é preciso ter parâmetros positivos. Esses parâmetros, por sua vez, indicam o grau de realização de uma ação ou evento, o que quer dizer que a *figura* deve representar a concretização do evento, preferencialmente com verbos de ação.

Outro aspecto levantado e que se acredita estar relacionado a esses fatores é o estatuto informacional das orações causais. Como visto, as orações causais-fundo realçam a oração-núcleo com a informação nova.

Enfim, a oração causal funcionando como fundo geralmente é uma informação nova que aparece posposta à oração-núcleo e se mantém no domínio do conteúdo pela relação de causa direta existente entre as orações.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, com o objetivo de detectar os planos discursivos em orações hipotáticas adverbiais causais e suas orações-núcleo, realizou uma análise baseada na transitividade fundamentada em Hopper & Thompson (1980). Para tal análise, utilizou-se um *corpus* composto de 10 elocuições formais em que foram participantes professores e alunos universitários de Maringá (PR). Das elocuições, foram retiradas as 127 combinações oracionais submetidas à análise.

A hipótese inicial de que as orações hipotáticas causais, por sua natureza descritiva, de realçar ou de emoldurar situações, pudessem funcionar como fundo para as orações-núcleo se confirmou. Constatou-se pela análise dos dados, que, ao selecionarem verbos estativos, que auxiliavam na exposição do conteúdo ministrado em aulas e apresentações de trabalho (elocuições formais), as orações causais codificaram menos parâmetros da escala da alta transitividade do que as suas orações-núcleo que, por sua vez, tiveram um maior grau de transitividade por frequentemente selecionarem verbos de ação. Nesse sentido, portanto, as orações causais funcionaram como fundo para as orações-núcleo. Por se tratarem de aulas e exposições de trabalhos, em que está em jogo a compreensão do interlocutor, percebeu-se que os falantes das elocuições formais utilizaram as orações adverbiais causais como recurso linguístico para a explicitação do conteúdo, no sentido de explicar, de detalhar, enfatizar ou até mesmo reforçar a ideia do que foi exposto na oração-núcleo.

Como exemplificação da aplicação dos parâmetros, procedeu-se uma análise de cada um deles. Pôde-se constatar, assim, a dependência existente entre os traços, o grau de realização de um evento e se o evento é real ou hipotético. Por esses resultados, ainda, obteve-se o relevo discursivo das orações.

Acredita-se que a predominância de verbos estativos nas orações causais se deu em função da natureza do gênero investigado. Sobre essa questão de gênero e as orações hipotáticas, Decat (2001, p. 162) comenta sobre uma possível diferenciação entre os tipos de discurso analisados, quer quanto à incidência de anteposições e posposições, quer quanto ao tipo de combinação hipotática predominante em cada um deles. Dessa forma, reforça-se a ideia de se analisar o comportamento das orações em diferentes gêneros textuais.

Contudo, apesar da baixíssima frequência, constataram-se algumas combinações em que a oração causal funcionou como figura. A explicação para esses casos está no fato de que o evento da oração-núcleo, de alguma forma, não foi concretamente realizado, além da frouxa relação existente entre as orações.

Acredita-se, portanto, que fatores externos à língua contribuíram para tal constatação. Isso quer dizer que o falante organiza seu discurso de acordo com o conteúdo em questão, de acordo com uma opinião que pretende informar ou, ainda, como forma de comentar, analisar sua própria proposição, o que se evidenciou no gênero elocução formal.

Nesse sentido, conforme demonstrou a análise dos dados, o falante realça ou justifica a informação utilizando a oração adverbial causal. No momento de organizar o discurso, ele pode recorrer a três tipos de relações causais:

1) quando a causa se refere ao conteúdo discutido, existe uma relação mais direta, mais estreita entre as orações, ou seja, é uma relação de causa efetiva. Esses casos de relação foram os mais recorrentes na pesquisa e também foram os casos em que o falante utilizou da oração causal para melhor explicar o conteúdo. As orações causais consideradas fundo no *corpus* se apresentaram, em geral, nessa relação causal;

2) quando a causa apresenta um pensamento ou opinião do falante já não existe tanta proximidade de causa quanto no domínio anterior, pois a causa remete ao conhecimento do falante. Não houve, no *corpus* examinado, uma recorrência relevante desse tipo. Supõe-se que não houve maior frequência do domínio pelo fato de, na elocução formal, estar em jogo o conteúdo escolar, que entra no domínio do conteúdo, e as justificativas ou exigências do professor, que entram no domínio dos atos de fala.

3) O falante, ao justificar o que expressou na oração-núcleo, utiliza a oração causal sem que esta tenha qualquer ligação com o conteúdo ou a informação da oração-núcleo. Na análise dos dados, esse tipo de manifestação causal não demonstrou pretender realçar nenhuma informação até mesmo pela não relação entre os conteúdos das diferentes orações. As orações causais tidas como figura no *corpus* se estabeleceram, em sua maioria, nesse domínio de causa.

Dessa forma, sobre as relações causais, evidenciou-se no *corpus* que as orações exercem diferentes funções em decorrência dos domínios em que se encontram, ou seja, as orações causais que funcionam como *fundo* tendem a

aparecer no domínio do conteúdo, enquanto as orações causais que funcionam como *figura*, pela frouxa relação entre as combinações, funcionam no domínio dos atos de fala.

No que diz respeito ao estatuto informacional das orações causais, constatou-se a recorrência de orações com informação nova. Essa constatação contribuiu para a explicação do que acontece nas orações causais, pois observou-se que a maioria das ocorrências de orações causais com informação nova e posposta acontece como forma de reforçar a ideia do conteúdo expresso na oração-núcleo. Prevaleram, *no corpus*, as orações pospostas e com o conectivo *porque*. Segundo Neves (2000), as causais com *PORQUE* – que é a conjunção mais usada – são normalmente pospostas, e isso confere a essas orações um valor informacional ligado à informação nova.

Nesse sentido, acredita-se na vinculação desses fatores aos relevos discursivos das orações.

Observou-se, de forma geral, que a organização estrutural das orações causais depende de fatores pragmáticos. Isso pôde ser evidenciado pela análise da transitividade nas elocuições formais que, ao investigar os itens gramaticais da oração, determinou o seu relevo discursivo, funcionando conforme as necessidades do falante em determinada situação. Pela característica de esclarecer o que se fala ou de explicar com detalhes o conteúdo, o gênero favoreceu o uso das combinações causais. Como visto, esse tipo de oração é frequente nas elocuições formais, gênero no qual o falante se preocupa com a compreensão do seu interlocutor, seja nas aulas ou nas apresentações dos trabalhos.

Conclui-se, portanto, que as pressões de ordem pragmática recaem sobre a estrutura da língua, o que pôde ser explicado pelos dados que demonstram que o falante, tanto para justificar seus argumentos, como para salientar uma informação, utiliza-se do mesmo recurso, que são as orações hipotáticas causais, no entanto, somente as organiza de formas diferentes. Além disso, observa-se que o falante estrutura suas expressões linguísticas não de forma aleatória, como se não existisse qualquer organização a ser respeitada, mas submete-se às pressões externas que controlam o discurso de maneira que o falante atinja o seu interlocutor com os seus propósitos comunicativos.

O trabalho, portanto, ressalta as considerações feitas pela teoria funcionalista que considera a língua não como um objeto autônomo, mas dependente de circunstâncias comunicativas externas, pois, pela análise dos dados, puderam-se observar as pressões pragmáticas agindo sobre a estrutura. Dessa forma, entende-se que são necessários estudos que investiguem o funcionamento da transitividade e dos planos discursivos nos demais tipos de orações e em outros gêneros textuais.

## REFERÊNCIAS

ARNHEIM, R. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Editora Pioneira, 1980.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

BOCK, A.M.B; FURTADO, O e TEIXEIRA, M.L.T. *Psicologias: Uma introdução ao Estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 10ª ed. 1997.

BORBA, F. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

BRITO, C.M.C. *A transitividade verbal na língua portuguesa: uma investigação de base funcionalista*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 1996.

BUTLER, C.S. *Functional approaches to language*. In: C.S. Butler, M.L.A. Gómez-González and S. M. Doval-Suárez (eds.) *The Dynamics of Language Use: Functional and Contrastive Perspectives*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2005. p.3-17.

CEGALLA, D.P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CHAFE, W. *Givennes, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics and Point*. In: Li, Charles (ed.). *Subjects and Topic*. Nova York: Academic Press, 1976. p.25-36

\_\_\_\_\_. *Cognitive Constraints on Information Flow*. In: TOMLIN, R. *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam/Philadelphia: J.Benjamins, 1987. p. 21-51.

CUNHA, M.A.F. et al. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUNHA, M.A.F; SOUZA, M.M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DECAT, M.B.N. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001.

DIK, C.S. *The theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RI-EUA: Foris Publications, 1989.

\_\_\_\_\_. *The theory of functional grammar*. New York: Mouton de Gruyter, 1997.

EYSENCK, M.W.; KEANE, M.T. *Psicologia Cognitiva: um manual introdutório*. Trad: Wagner Gesses e Maria Helena Gesser. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FIORIN, J.L. (org.). *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M.A.K. *Explorations in the Functions of Language*. Londres: Edward Arnold, 1973.

\_\_\_\_\_. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HOPPER, P.; THOMPSON S. *Transitivity in grammar and discourse*. Language, Washington, v.56, n.2, p.252-299, 1980.

IGNÁCIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões*. Franca, SP: Ribeirão. Gráfica e Editora, 2002.

KOCH, I.G.V; SOUZA E SILVA, M.C.P. *Atividades de composição do texto falado: a elocução formal*. In: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. (orgs.) *Gramática do Português Falado*, v. IV: Estudos Descritivos. Campinas/São Paulo: Ed. Da Unicamp/FAPESP, 1996. p. 379-410

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional/EDUSP, 1979. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva & Hélio Pimentel.

MARTELOTTA, M; AREAS, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA et al. (orgs.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. S. Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.) *Gramática do português falado*. V. 7. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Campinas: Editora da Unicamp. 1999.

\_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. Laboratório Editorial UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

NICHOLS, J. *Functional theories of grammar*. Annual Review of Anthropology, 13: 97-117, 1984.

PERINI, M.A; FULGÊNCIO, L. *Notas Sobre a Transitividade Verbal*, In: *Lingüística Aplicada ao Ensino de Português por Marta Kirst, Ir. Elvo Clemente e outros*. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto – Série Novas Perspectivas, 1992.

PERINI, M. A. *Gramática Descritiva do Português*. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PEZATTI, E.G. *Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado*. Alfa, São Paulo, 1994, p. 37-56

\_\_\_\_\_. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (org.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

PRETI, D. (org.) *Análises de Textos Oraís*. S. Paulo: FFLCH / USP, 1993.

POZO, I.J. *Teorias cognitivas da aprendizagem*. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAID ALI, M.S. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

SILVEIRA, E. *Relevância em narrativas orais*. Tese de Doutorado em Lingüística. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

SWEETSER, E. *Conditionals*. In: *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1990, p. 113-144.

VAN VALIN, R.D. Jr. *Functional Linguistics*. *The Handbook of Linguistics*. Aronoff, Mark and Janie – Rees-Miller (eds). Blackwell Publishing, 2002. Blackwell Reference Online. Disponível em: <[http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405102520\\_chunk\\_g978140510252015](http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405102520_chunk_g978140510252015)>. Acesso em: 30 nov. 2007

## ANEXO A

### CÓDIGOS PARA TRANSCRIÇÃO DAS ELOCUÇÕES FORMAIS

#	incompreensão de palavras ou segmentos
(hipótese)	hipótese do que se ouviu
/	truncamento
MAÍUSCULAS	entonação enfática
::	prolongamento de consoante ou vogal
-	silabação
?	interrogação
.	entonação descendente (indicando final de frase)
,	entonação ascendente ou estável (indicando continuação)
..	pausa com retomada instantânea do fluxo da fala
... ....	pausa (quanto maior o número de pontos, mais longa a pausa)
“citações”	citações literais
<i>itálico</i>	pronúncia muito rápida das palavras